



A INSERÇÃO DA METODOLOGIA PARTICIPATIVA NA PRÁTICA DO ARQUITETO E URBANISTA NA CONTEMPORANEIDADE

Juliana de Kássia Siqueira Pinheiro
Arquitetura e Urbanismo
UEMA, 2016



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS – CCT
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO – DAU
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - CAU

JULIANA DE KÁSSIA SIQUEIRA PINHEIRO

**A INSERÇÃO DA METODOLOGIA PARTICIPATIVA NA PRÁTICA DO
ARQUITETO E URBANISTA NA CONTEMPORANEIDADE**

São Luís - MA

2016

Pinheiro, Juliana de Kássia Siqueira.

A inserção da metodologia participativa na prática do arquiteto e urbanista na contemporaneidade / Juliana de Kássia Siqueira Pinheiro. – São Luís, 2016.

80 f

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

Orientador: Profa. Jussara Martins Nogueira.

1.Arquitetura. 2.Metodologia participativa. 3.Pesquisa-ação.
4.Comunidade. 5.Diálogo. I.Título

CDU: 72.02

JULIANA DE KÁSSIA SIQUEIRA PINHEIRO

**A INSERÇÃO DA METODOLOGIA PARTICIPATIVA NA PRÁTICA DO
ARQUITETO E URBANISTA NA CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Professora Jussara Martins Nogueira

São Luís - MA

2016

JULIANA DE KÁSSIA SIQUEIRA PINHEIRO

**A INSERÇÃO DA METODOLOGIA PARTICIPATIVA NA PRÁTICA DO
ARQUITETO E URBANISTA NA CONTEMPORANEIDADE**

Trabalho Final de Graduação apresentado
ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Estadual do Maranhão para
obtenção do grau de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Professora Jussara Martins
Nogueira

Aprovado em / /

BANCA EXAMINADORA

Professora Jussara Martins Nogueira
Orientadora

Professora Dra. Marluce Wall de Carvalho Venancio
1º Examinadora

Me. Paulo Vasconcelos
2º Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe por sempre dedicar o melhor de si, com muita força e persistência e não medir esforços para que eu consiga todos os meus objetivos.

Ao meu pai, apenas pelo desejo de sua presença aqui comigo para dividir este momento.

À minha família e amigos por serem portos seguros para mim. Ao amigo Tércio, que mesmo distante sempre está disposto a ajudar.

À minha orientadora, Professora Jussara, portanto me ensinar e por ser diretamente responsável por meu desenvolvimento como profissional.

Aos membros do EMAU Solar por serem coautores deste trabalho, por se dedicarem sem esperar nada em troca e por sempre me incentivarem.

Ao GT Loreto que se tornou uma família essencial nos meus dias e principalmente à Thalyta por seus conselhos e ajuda.

Aos membros da Associação Nossa Senhora de Loreto por nos receber, confiar e trabalhar em conjunto conosco.

RESUMO

A inserção da metodologia participativa nas práticas contemporâneas do arquiteto e urbanista se faz necessária com o objetivo de aproximar o profissional dos usuários e do objeto de estudo já que em muitas ocasiões esta relação se dá em uma “visão de sobrevoos” (PRONSATO, 2005) em que os técnicos não possuem real envolvimento com o território e não consideram o diálogo como uma troca de experiências necessário para o resultado satisfatório do projeto. Existem algumas iniciativas reconhecidas de projetos desenvolvidos em parceria com comunidades como Quinta Monroy no Chile, Vila Nova em São Paulo e de pequenas intervenções por meio dos EMAUs – Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo que são programas de extensão universitária. Em São Luís, o EMAU Solar da Universidade Estadual do Maranhão atua para diminuir as disparidades sociais buscando por meio da criação participativa soluções para tornar a vida da população que não é contemplada com os serviços do profissional mais digna. Atualmente, um projeto arquitetônico e paisagístico está sendo desenvolvido com a Associação Nossa Senhora de Loreto que realiza trabalhos educacionais e culturais para a comunidade em seu entorno. Este trabalho se propôs a acompanhar este processo por meio da pesquisa-ação e teve como resultado a comprovação de que é possível inserir a população no desenvolvimento do projeto e que isso resulta numa apropriação maior do espaço por parte dos usuários, além de ser uma experiência de vida pessoal e profissional para o arquiteto e urbanista, que sai da posição de detentor exclusivo do conhecimento e estabelece uma relação de troca de saberes com a comunidade.

Palavras-chave: Arquitetura. Metodologia Participativa. Pesquisa-ação. Comunidade. Diálogo.

ABSTRACT

The introduction of participatory methodology in contemporary practices of the architect and urban planner is necessary in order to approach the professional, the users and the subject of study since on many occasions this relationship occurs in a “flyover” (PRONSATO, 2005) where the technicians have no real involvement with the territory and do not consider dialogue as an exchange of experience necessary for the outcome successful of the project. There are some initiatives of projects developed in partnership with communities as Quinta Monroy in Chile, Vila Nova in São Paulo and small interventions through EMAUs – Offices Model of Architecture and Urbanism (in Portuguese) which are extension programs. In São Luís, the Solar EMAU at the State College of Maranhão acts to reduce social disparities looking through participatory creating solutions to make life of the population that is not covered with the services of the professional more dignified. Currently, an architectural and landscaping project is being developed with the Associação Nossa Senhora de Loreto which conducts educational and cultural work for the community around it. This work proposes to follow this process through action research and resulted in confirmation that you can work with the population in the project development and this results in a higher appropriation of space by users, well as being a personal and professional life experience to architect and urban planner, who comes out the exclusive holder position of knowledge and establishes a knowledge exchange relationship with the community.

Keywords: Architecture. Participative methodology. Action research. Community. Dialogue.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casebre em Curitiba exemplificando a falta de assistência técnica.....	14
Figura 2 - Matéria da Revista Época sobre a premiação à Alejandro Aravena	16
Figura 3 - Micro e macro participação	18
Figura 4 - Níveis de participação de Arnstein	20
Figura 5 - Níveis de participação de Bordenave.....	22
Figura 6 - Projeto favela painting no Rio de Janeiro	27
Figura 7 - Localização da Vila Nilo	28
Figura 8 - Conjunto Habitacional Vila Nilo	29
Figura 9 - Vila Nilo antes da intervenção	30
Figura 10 - Assembleias, reuniões e centro de convivência com moradores	31
Figura 11 - As três propostas apresentadas.....	32
Figura 12 - Processo de construção com alguns moradores ainda vivendo no local.....	32
Figura 13 - Resultado do novo bairro Vila Nilo	33
Figura 14 - Localização de Quinta Monroy no Chile	34
Figura 15 - Quinta Monroy antes da intervenção	34
Figura 16 - Elemental repensa como os recursos limitados podem ser utilizados	35
Figura 17 - Comunidade de Quinta Monroy participando no desenvolvimento do projeto.....	36
Figura 18 - As obras concluídas e as intervenções posteriores dos moradores	37
Figura 19 - Exemplos de visualização com fichas	39
Figura 20 - Árvore dos problemas	41
Figura 21 - Objetivos do detalhamento do projeto	42
Figura 22 - Localização do terreno do Loreto e pontos referenciais	43
Figura 23 - Demarcação do terreno do Loreto na Vila Flamengo	45
Figura 24 - Da esquerda para direita: a casa da família, o coreto central, o espaço margarida e a fachada do sítio	46
Figura 25 - Planta de levantamento do sítio	47
Figura 26 - Visita e apresentação no EQUINOX	48
Figura 27 - Propostas da equipe favo de mel para o Loreto	50
Figura 28 - Propostas da equipe trançado para o Loreto	51
Figura 29 - Dinâmica de reconhecimento	53
Figura 30 - Apresentação das propostas	54

Figura 31 - Sugestões e comentários da comunidade	54
Figura 32 - Escolha das propostas	55
Figura 33 - Construção do painel.....	55
Figura 34 - Resultado do painel.....	56
Figura 35 - Divulgação do mutirão.....	57
Figura 36 - Organização do mutirão	58
Figura 37 - Mutirão.....	58
Figura 38 - Almoço feito em cozinha compartilhada	59
Figura 39 - Ocupação e uso do atelier pós mutirão	60
Figura 40 - Reuniões GT Loreto.....	61
Figura 41 - Desenvolvimento do projeto.....	63
Figura 42 - Reunião sobre fluxos e localização de equipamentos.....	64
Figura 43 - Planta de implantação correspondente ao III programa de necessidades	66
Figura 44 - Apresentação da planta de implantação.....	68
Figura 45 - Estudo do anexo educacional	69
Figura 46 - Croquis do anexo educacional	70
Figura 47 - Divulgação do seminário	70
Figura 48 - Seminário de técnicas construtivas alternativas.....	71
Figura 49 - Apresentação da proposta para o anexo educacional.....	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 2 - I Programa de necessidades do Loreto	49
Tabela 3 - II Programa de necessidades do Loreto. Os itens em cinza são os que tiveram mudanças	61
Tabela 4 - Setorização dos itens	62
Tabela 5 - III Programa de necessidades	66

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1	A função social da arquitetura e urbanismo.....	13
2.2	O que é participação.....	17
2.3	Breve histórico da participação.....	23
2.4	Projetos participativos na arquitetura e urbanismo.....	25
2.4.1	O caso da Vila Nilo	28
2.4.2	O caso de Quinta Monroy	33
2.5	Metodologias participativas	37
2.5.1	Moderação.....	38
2.5.2	Planejamento estratégico.....	39
2.5.3	Processo <i>Charrette</i>	40
2.5.4	Oficina do futuro	40
2.5.5	Método ZOPP	41
3.	ESTUDO DE CASO.....	42
3.1	O objeto de estudo.....	43
3.2	Os primeiros contatos.....	47
3.3	Metodologia do estudo de caso.....	52
3.4	Etapas anteriores ao projeto.....	53
3.5	O projeto participativo	60
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS	
	ANEXOS	

1. INTRODUÇÃO

A prática profissional contemporânea do arquiteto e urbanista na dimensão da função social tem enfrentado novos desafios quanto a metodologia projetual tradicional, quando o saber técnico subjuga os saberes populares.

No Brasil, o arquiteto é reconhecido como profissional a serviço da população de alta renda, com projetos residenciais, comerciais e institucionais em terrenos e edificações planejadas - onde a relação cliente e contratado é de fácil compreensão – por outro lado temos uma grande parcela da população excluída habitando em assentamentos precários em áreas de risco, construídos por meio da autoprodução e na ausência de espaços públicos. A ilegalidade da ocupação aliada a deficiência de políticas públicas e a instabilidade do tempo de permanência contribuem para a falta desse profissional em colaborar para tornar a vida dessas pessoas mais digna.

Whitaker (2011) ressalta que há uma necessidade iminente de iluminar, também, uma outra face da arquitetura e do urbanismo, menos vistosa, menos evidente e menos celebrada, mas cuja importância é fundamental para tirar a profissão do impasse em que se encontra. Seria o momento de refletir se o único segmento a ser considerado “de sucesso” no Brasil é a arquitetura autoral e destinada a estratos sociais de alta renda, que acaba sendo endeusada, limitando o campo de atuação e reduzindo a quantidade de profissionais “bem-sucedidos” no mercado.

É com este objetivo que novas metodologias projetuais se fazem necessário com intuito de aproximar arquiteto, usuário e objeto. Dentre estas metodologias, este trabalho se dedicou a analisar a metodologia de projeto participativo, que permite que os usuários possuam desempenho ativo durante todo o desenvolvimento de um projeto, deslocando assim o lugar ocupado pelo profissional de determinar todas as respostas, tornando-as inquestionáveis.

Na arquitetura e urbanismo, os modelos de projetos participativos já vêm sendo estudados desde 1960, porém o panorama atual, com o crescente interesse da população em participar das decisões políticas e urbanas das nossas cidades e o prêmio Pritzker 2016 para o Arquiteto Alejandro Aravena, coloca esse tema sob os holofotes, sugerindo uma reavaliação da forma como os profissionais da área podem contribuir para transformar a realidade delicada de países em desenvolvimento – os desafios de construir cidades para todos.

Já existem iniciativas consagradas de intervenções urbanas em áreas vulneráveis como a Vila Nilo em São Paulo e Quinta Monroy no Chile e de pequenas intervenções por meio dos EMAUs – Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo. Em São Luís - MA, existe uma

carência de projetos que envolvam a metodologia de projeto participativo em projetos para melhoria de vida das pessoas.

Contudo, nos últimos anos, no meio acadêmico, o Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA - Universidade Estadual do Maranhão - vem instituindo o EMAU Solar - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - com intuito de desenvolver projetos de pequenas intervenções para atender à população que não pode arcar com a assistência técnica do profissional arquiteto e urbanista.

Os Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo são entidades estudantis sem fins lucrativos que funcionam como programas de extensão universitária que buscam uma vivência profissional aos estudantes, a aproximação da universidade com a sociedade afirmando o caráter social do ensino universitário e a atuação para diminuir as disparidades sociais buscando sempre a criação participativa e não-assistencialista.

Em 2015, obteve-se uma bolsa de extensão pela FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – permitindo que o escritório desse continuidade aos projetos iniciados no 6º Atelier Internacional de Criação Urbana - EQUINOX. O 6º EQUINOX aconteceu em setembro de 2015 com o propósito de contribuir para melhorias em áreas de baixo IDH na cidade de São Luís, buscando ideias criativas e inovadoras para solucionar os problemas dessas áreas, incluindo a participação das comunidades envolvidas, em uma parceria da Universidade Estadual do Maranhão com a Universidade Federal do Maranhão, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e as universidades italianas Camerino-Ascoli Piceno e La Sapienza di Roma.

Este trabalho surgiu da inquietude de questionar as práticas profissionais do arquiteto e urbanista em sua função social na cidade contemporânea, compreendendo que o profissional deve estar a serviço de toda a população, projetando espaços para o bem-estar da coletividade, buscando soluções compatíveis com todos os grupos e demandas socioeconômicas da nossa sociedade.

Em projetos de espaços de uso coletivo – praças, espaços de convivência, projetos urbanos de requalificação urbana, habitações populares – muitas vezes não se leva em consideração o conhecimento dos usuários, permitindo que todo o processo fique apenas nas mãos de especialistas ou leigos que muitas das vezes possuem valores que estão em desacordo com os dos usuários do espaço, produzindo ambientes que não os atendem.

É nesse contexto que se faz necessário o desprendimento das metodologias convencionais para o uso de outras metodologias, como as de projetos participativos, com objetivo de

aproximar o profissional, objeto de estudo e usuários, fazendo com que o técnico possa atuar em conjunto da população em uma escuta aos saberes populares e anseios da sociedade.

Este trabalho levantou conceitos e níveis de participação, projetos referenciais e métodos e técnicas facilitadores nos processos de diálogo com as comunidades. Simultaneamente à pesquisa, realizou-se o acompanhamento de um estudo de caso, por meio de processo colaborativo, em um projeto que o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – EMAU Solar desenvolve com a Associação Nossa Senhora de Loreto, instituição que desempenha trabalhos sociais com crianças, adolescentes e jovens.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A função social da arquitetura e urbanismo

Segundo dados da União Internacional de Arquitetos (UIA apud CAU/BR, 2012), os arquitetos trabalham para apenas 8% da população. A gênese histórica dos serviços prestados por este profissional está constantemente associada com a clientela de classe alta, em que o cliente leva suas demandas, o arquiteto cria uma solução e o cliente poderá aprovar com ou sem ressalvas. Esta é uma concepção generalizada da reprodução da prática de projeto convencional que é produzida, em que o conhecimento técnico faz parte da negociação, porém o elemento principal é o capital simbólico¹ (KAPP et al, 2012).

De Carlo (2005) discute sobre a ambiguidade e amplitude do papel do arquiteto e urbanista, que por muitas vezes oscila entre a figura de pedreiro, chegando até Deus (como arquiteto supremo do universo) sempre sujeito à visão de mundo de quem está no poder. Em todas as épocas, quais fosse a sua importância, o seu trabalho sempre esteve associado a quem possuía posses, afinal sua prática estava associada a terras, materiais, dinheiro e autoridade.

Apesar da baixa parcela da população que contrata os serviços do arquiteto e urbanista, este pode intervir do nível micro, em projetos de habitações unifamiliares e edifícios, ao nível macro de espaços públicos de lazer, comunidades, bairros e cidades. Em todos os níveis, essas edificações e espaços modificam e interferem na qualidade de vida das pessoas diretamente envolvidas e no seu entorno, demonstrando o papel fundamental do planejamento dos espaços e a capacidade ainda não totalmente explorada da profissão.

¹ Aquilo que chamamos prestígio ou honra e que permite identificar os agentes no espaço social. Disponível em <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/pequeno-glossario-da-teoria-de-bourdieu/>>. Acesso em 06 de junho de 2016.

Nas áreas menos contempladas pelos serviços do arquiteto estão as ocupações irregulares e as camadas mais excluídas da população, que segundo o IBGE (2010) somavam mais de 11 milhões de pessoas, no censo de 2010, em aglomerados subnormais – nome técnico dado pelo IBGE para designar locais com no mínimo 51 domicílios sem título de propriedade e com irregularidades das vias de circulação e dos lotes e/ou carência de serviços como coleta de lixo, rede de esgoto, distribuição de água, etc.

Apesar da demanda pelos serviços do arquiteto nessas situações, Maragno (2012) ressalta a dificuldade em se encontrar meios que propiciem os benefícios deste profissional à totalidade da população e Maricato (1995) critica a falta de envolvimento dos profissionais com a realidade do território. Por muitas vezes estes profissionais estão comprometidos com o tema em si, porém trabalham em uma realidade virtual através das representações nos gabinetes, distante de locais de assentamentos precários, ausência de saneamento e segurança ambiental.

Uma das medidas realizadas buscando esta inclusão, foi a criação da Lei 11.888/2008 conhecida como Lei da Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social que proporciona que as famílias que recebem abaixo de três salários mínimos possam receber de forma gratuita, assistência técnica de profissionais arquitetos e engenheiros para obras de construção residencial.

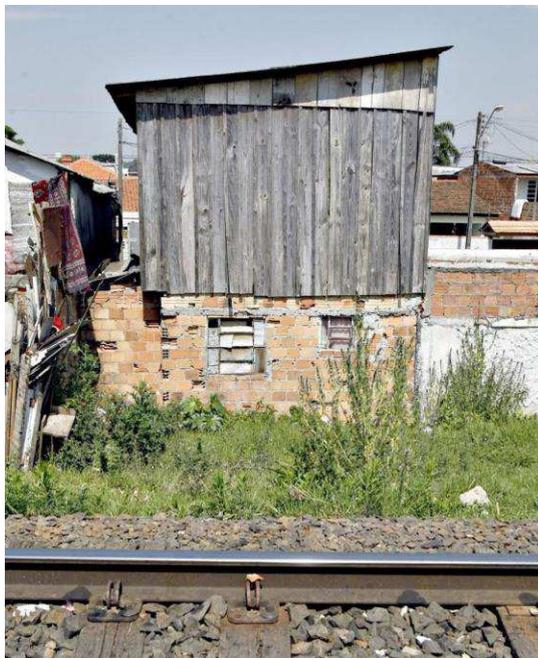


Figura 1 - Casebre em Curitiba exemplificando a falta de assistência técnica. Fonte: Ribeiro, 2012.

Na teoria esta lei poderia refletir melhorias em outras áreas, aumentando a qualidade das residências da população, diminuindo riscos à saúde e à vida. Segundo Ribeiro (2012), apesar dessa lei conceder esse recurso aos municípios, muitos não possuem legislação

específica e nem conhecimento do processo e gestão adequada de contratos, o que acaba impossibilitando a criação do serviço municipal de assistência técnica, travando a destinação da verba.

Por outro lado, colocando em evidência mundial o potencial social e transformador da arquitetura, o nome do arquiteto chileno Alejandro Aravena, aparece como premiado com o Pritzker de 2016, importante premiação na arquitetura, reconhecendo suas soluções projetuais não-convencionais para a questão das habitações populares, buscando pensar de uma forma diferente do que vem sendo reproduzido.

Mesmo o arquiteto não possuindo trabalhos apenas voltados a esse contexto da função social, a premiação mundial para ele destoa da arquitetura normalmente premiada, de grandes projetos estampados em revistas, o que acabou lhe rendendo críticas tanto positivas quanto negativas, colocando o assunto para discussão.

O curador do Pavilhão Brasileiro na Bienal de Arquitetura de Veneza - Washington Fajardo – se posicionou sobre a importância de que um arquiteto com visibilidade global tenha um compromisso ético demonstrando o valor da arquitetura, do desprendimento do individualismo para a adoção da função social, se contrapondo ao período do modernismo em que os arquitetos assumiam papéis de líderes autoritários (BERNARDO, 2016).

Em contrapartida, outras opiniões como a do arquiteto Patrik Schumacher, fez críticas à escolha, justificando que esta é apenas uma fase de ser politicamente correto e que os projetos de Aravena não possuem inovação, são apenas focados em combater crises habitacionais globais e proferir “justiça social”, como se fosse uma forma de diminuir um peso de consciência da sociedade (KESKEYS, 2016). Porém, Silva (2016) ressalta que não é consenso que o principal fator da arquitetura seja a inovação e que muitas vezes inovar pode ser considerado simplificar, tornar óbvio o que até aquele momento não era e principalmente, dar respostas.

Em uma matéria da revista Época, Moura (2016) utiliza-se do termo “puxadinhos” para a arquitetura premiada de Aravena. O termo é utilizado de forma pejorativa, como se as soluções encontradas fossem algo sem planejamento, feitos de qualquer forma, ainda demonstrando resistência que trabalhos realizados em comunidades possam ser dignos de uma premiação tão importante.



Figura 2 - Matéria da Revista *Época* sobre a premiação à Alejandro Aravena. Fonte: Moura, 2016.

No Brasil, as soluções apresentadas para resolver os problemas dos assentamentos precários é o da construção de grandes quantidades de habitações, muitas vezes em locais afastados do centro da cidade ou do local atual ocupado pela comunidade remanejada, aumentando os deslocamentos, o que custa dinheiro e tempo. Essas habitações dificilmente atendem as reais necessidades das famílias e não são pensadas em conjunto ao seu entorno ou com os espaços públicos.

Todas essas intervenções vão gerar impacto nas cidades a curto, médio e longo prazo, o que nos faz questionar como são essas cidades que estamos produzindo e para quem. São inúmeras as dificuldades no desenvolvimento de uma cidade feita para todos, e se é para todos deveria ser natural que as escolhas e decisões fossem participativas e não ficassem nas mãos de poucos.

O envolvimento da política costuma ser excluída da discussão arquitetônica. Contudo, sendo a participação uma questão principalmente política, é fundamental que a arquitetura que a aplique considere esse fator. Segundo Jones, Petrescu e Till (2005), a dimensão da política é muitas vezes evitada pois diferencia o funcional do estético, sendo o primeiro objetivo da ergonomia e o segundo como linguagem privada que não deve ser debatida politicamente.

Porém, a introdução da política leva a participação além do pragmatismo, forçando-a a se envolver com questões que, a longo prazo, tornarão a arquitetura mais consciente e responsável.

Podemos perceber que a discussão é longa na tentativa de quebrar os paradigmas da profissão, já que os pré-conceitos são difíceis de se enfrentar, principalmente quando parecem estar enraizados em muitos profissionais, na mídia e também no próprio processo de administração e gestão do poder público.

Então, temos de um lado a necessidade de um novo olhar sobre a função social que o arquiteto pode exercer e de outro as dificuldades de aproximação com os usuários do espaço. Ao considerar esses aspectos podemos perceber a importância da participação dos usuários em projetos arquitetônicos e de urbanismo no desenvolvimento para melhorias das cidades, construindo pertencimento e permitindo no futuro a autogestão pelas comunidades.

2.2 O que é participação

“Participação é a redistribuição de poder que permite aos cidadãos sem-nada, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro” (ARNSTEIN, 2002).

É um processo que ninguém nasce sabendo, que requer treino e principalmente mudança de nossos comportamentos e atitudes, para que se possa aumentar a transparência e permitir acesso total às informações (CORDIOLI, 2010).

A palavra tem origem da palavra parte, que consiste em “fazer parte”, “tomar parte” ou “ter parte”, as três condições caracterizando níveis diferentes de participação e envolvimento. É possível fazer parte sem tomar parte ou tomar parte sem um comprometimento mais intenso, caracterizando a participação ativa e a passiva, respectivamente o cidadão engajado e o inerte. E, mesmo na participação ativa existem diferenças na qualidade de suas atuações. O ideal para a democracia participativa seria os cidadãos tomarem parte, se sentirem parte de algo e realmente ter parte legítima para construir algo em conjunto da qual sintam que fazem parte (BORDENAVE, 1983).

O processo de participação pode ocorrer de modo micro e/ou macro, onde as participações micro seriam uma forma de aprendizagem para se chegar a macro participação (BORDENAVE, 1983). A figura abaixo exemplifica as duas formas e coloca a micro participação inserida na macro participação.

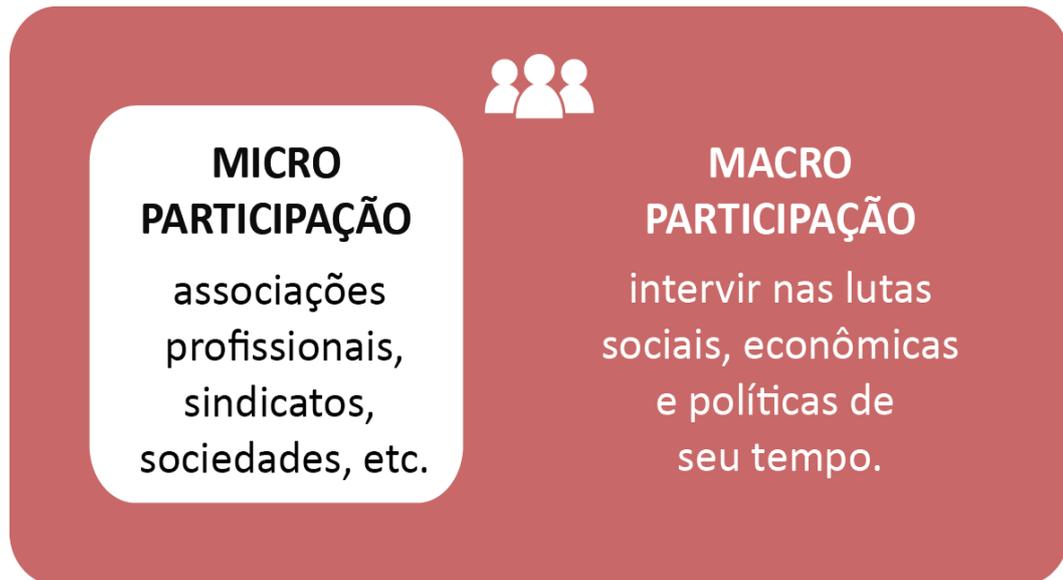


Figura 3 - Micro e macro participação. Fonte: elaborada pela autora,2016.

O autor caracteriza os tipos de participação:

- Participação de fato – a que ocorre na família, no culto religioso, em tarefas de subsistência;
- Participação espontânea – que acontece de forma mais natural, sem um objetivo como os grupos de amigos e vizinhos;
- Participação voluntária – quando os próprios participantes buscam criar um grupo e os mesmos criam seus propósitos e formas de alcançá-los. Exemplo de sindicatos livres, sociedade empresarial e cooperativas. Porém, em alguns casos, esta pode ser provocada por agentes externos que buscam satisfazer seus objetivos individuais;
- Participação concedida – uma pequena participação que é permitida por superiores para seus subordinados, exemplo da participação de trabalhadores nos lucros de uma empresa.
- Participação imposta – quando o indivíduo é obrigado a fazer parte de algo, realizando atividades consideradas indispensáveis. É o caso de alguns rituais indígenas.

Bordenave (1983) acredita que temos vários indícios que estamos entrando em uma “era da participação”, como se a civilização moderna com seus meios eletrônicos de comunicação rápida, instantânea e mássica, tivesse levado os homens primeiro a um voraz individualismo para depois reagir defensivamente à alienação crescente, os levando cada vez mais à participação coletiva.

Nessa “era da participação”, também temos o advento das redes sociais, onde a informação é passada cada vez mais veloz, por vezes de forma equivocada, mas que em contrapartida consegue reunir com facilidade as massas, em busca que representantes possam ouvir as vozes da população em assuntos de interesses gerais, porém ainda comandados por poucos.

“O debate sobre participação vai de encontro a um dos principais pontos de nossa sociedade, a questão do poder. Participação significa acesso ao poder. Poder para tomar decisões, para alocar recursos, para iniciar e encerrar projetos” (BROSE, 2010, p. 9). Arnstein (2002) chama o processo de participação sem distribuição de poder de “vazio”, que acaba servindo apenas de benefício para alguns grupos utilizarem do argumento de que todos os lados foram ouvidos. É nesse momento que participação deixa de ser algo “superficial”, de organização ativista imediata para algo que mexa com as composições sociais políticas e econômicas.

Nessa busca a um maior acesso aos bens da sociedade, a participação objetiva em seu “fim” um processo de autogestão, onde a própria sociedade terá uma relativa autonomia em relação aos poderes do Estado e das classes dominantes. Isso não significa não ter mais um Governo e sim fazer com que a população com um grau maior de consciência política, possa trabalhar em conjunto ao poder público (BORDENAVE, 1983).

Para alcançar a autonomia existem níveis de participação que vão aumentando o poder da população conforme este nível aumenta. Foi com objetivo de esclarecer esses níveis de participação que Arnstein (2002) formulou *A ladder of citizen participation* – A escada da participação cidadã – que ilustra oito níveis de participação. Este texto foi publicado em 1960, sendo contextualizado para os Estados Unidos, porém suas considerações podem se encaixar para outros locais e continuam atuais. A figura 4 ilustra os degraus propostos por Arnstein.

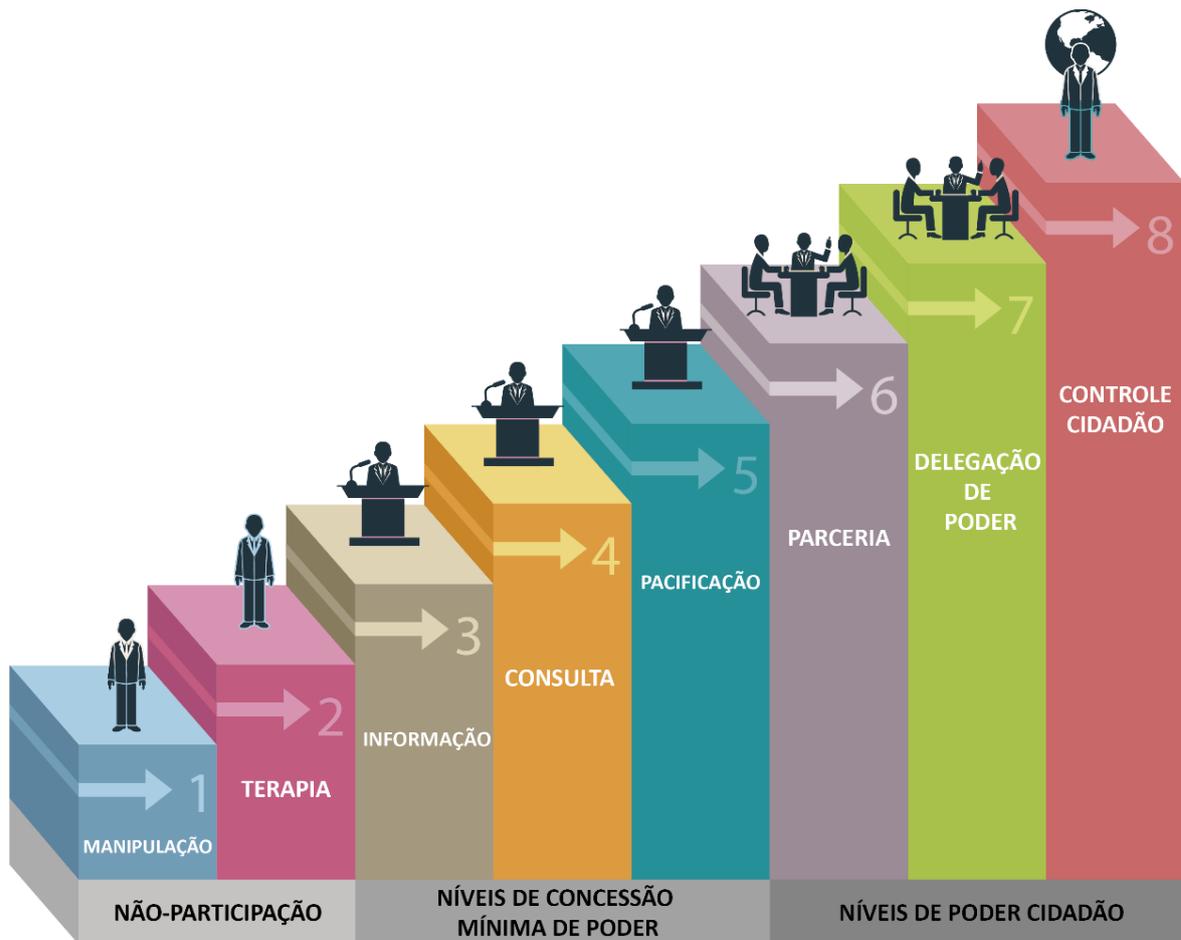


Figura 4 - Níveis de participação de Arnstein. Fonte: elaborado pela autora, 2016.

O primeiros dois degraus, manipulação e terapia são considerados como não participação. Na manipulação, a autora descreve que a população é convidada para participar de algum evento para aprovação de projeto ou plano para a comunidade, porém os membros que estão com a voz acabam persuadindo e “educando” os cidadãos, que acabam aprovando algo apresentado de forma superficial, onde não se levanta se o projeto é realmente necessário para aquele bairro e como se dará seu funcionamento.

O segundo degrau é chamado de terapia, que como o próprio nome já diz, funciona como uma sessão, envolvendo psicólogos e assistentes sociais desenvolvendo algumas atividades grupais. Arnstein (2002) ironiza que o foco da terapia seria em “curar as patologias” do grupo excluído, como se a “falta de poder fosse sinônimo de distúrbios mentais”.

Os próximos 3 níveis da escada são considerados níveis de concessão mínima de poder. O primeiro deles, nomeado de informação, pode ser considerado um passo importante em direção ao topo da escada, com o ato de informar os cidadãos sobre seus direitos, deveres e

alternativas. Porém, a informação para por aí. Ela não permite que haja uma troca de comunicação entre técnicos e cidadãos.

O próximo nível – consulta – não se limita apenas à exposição, já solicita a opinião dos participantes, melhorando a comunicação, contudo sem retorno. São utilizadas pesquisas de opinião, audiências públicas e assembleias, muitas das vezes apenas como dados estatísticos que irão comprovar por exemplo, que um plano diretor foi discutido com a população.

O nível de pacificação é o que Arnstein (2002) considera que a população passa a ter certa influência e acesso limitado ao poder. Este se apresenta quando o poder público promove a eleição de representantes da sociedade – que a autora chama de “algumas pessoas pobres confiáveis” – para participarem de conselhos, comitês e etc. Entretanto, estes representantes possuem pouca voz e nem sempre são legitimados pela comunidade, o que faz que o poder de decisão não fique em suas mãos.

Os próximos três níveis da escada já são de fato considerados como participação. O primeiro, a parceria, como o nome já sugere, há uma negociação entre os cidadãos e os tomadores de decisões, buscando uma redistribuição de poder. Isso acontece mais facilmente quando a comunidade possui efetiva organização com lideranças e planejamento financeiro. Só que esse processo, em sua maioria, acontece pela reivindicação por parte da sociedade, gerando inicialmente um clima agressivo.

A delegação de poder coloca nas mãos da população maior força de decisão, com a maioria dos votos e atribuições definidas. Arnstein (2002) exemplifica um caso no município de New Haven que a prefeitura recebeu um repasse para a contratação da organização comunitária e que esta contratou seu próprios técnicos e consultores. Logo, os cidadãos podem assumir e gerenciar seu próprio projeto.

No grau mais alto da escada da participação cidadã, está o Controle Cidadão, onde a população ganha autonomia administrativa e financeira e o controle social de políticas públicas, sem a necessidade de intermediários. Podem gerir seus próprios programas, definir ações ou controlar por exemplo uma escola no bairro e outros bens e serviços mais necessários.

Em situações reais, nem sempre as distinções entre os degraus sejam tão claras e algumas circunstâncias podem se encaixar em mais de um, dependendo da motivação de quem está conduzindo o processo e do grau de consciência de participação pela sociedade.

Bordenave (1983) também classifica uma escala com os níveis de participação, este com sete níveis. O primeiro grau é o de informação, que consiste no menor grau de participação, que ocorre quando os dirigentes apenas informam decisões previamente tomadas. No segundo nível,

a consulta facultativa, já pode haver algum tipo de consulta, ouvindo críticas e soluções para algum problema exposto. Porém, a decisão ainda é exclusiva dos administradores. Ela se torna consulta obrigatória (terceiro degrau), quando por exemplo os patrões devem consultar os trabalhadores em negociações salariais.

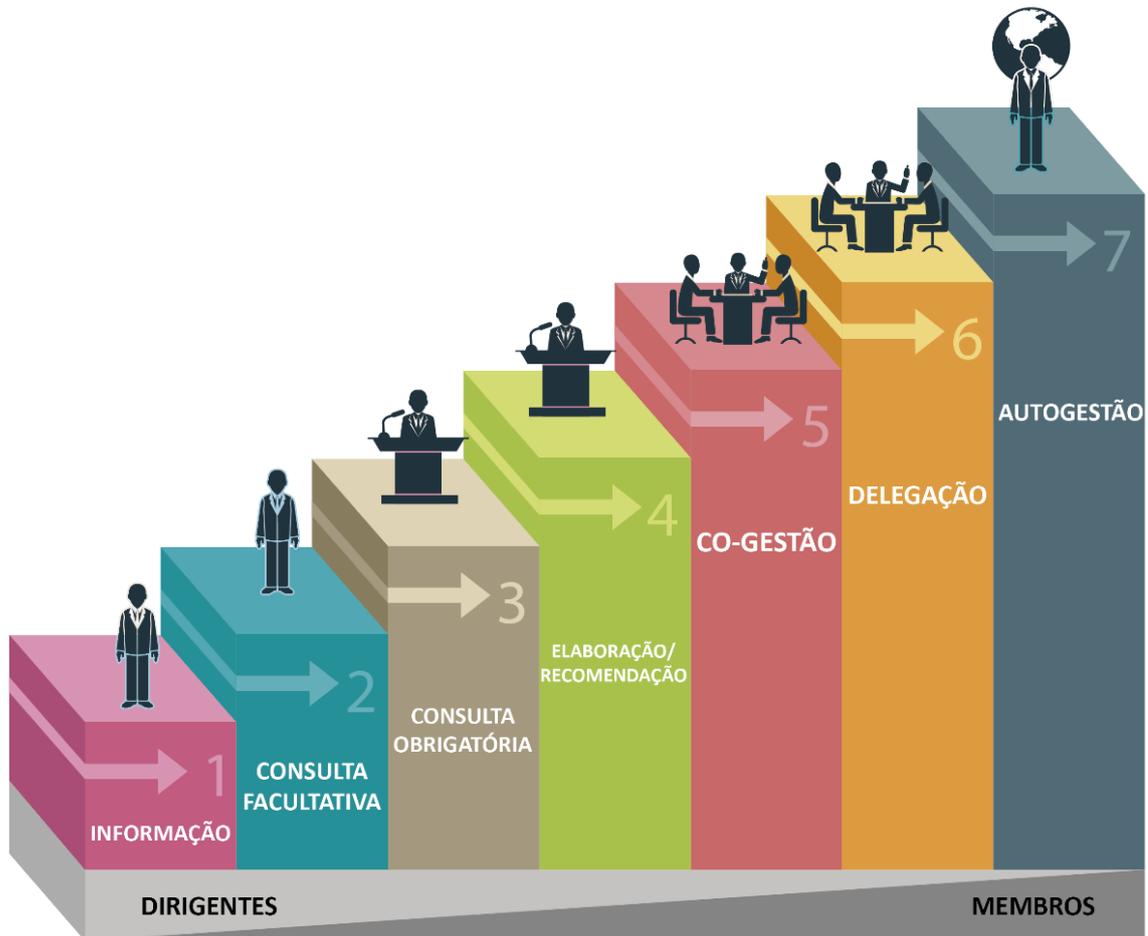


Figura 5 - Níveis de participação de Bordenave. Fonte: Elaborado pela autora, 2016

No quarto grau está a elaboração/recomendação, em que os subordinados podem justificar suas posições e elaborar propostas para alguma situação. Em um nível acima, a cogestão já representa uma influência maior dos subordinados em planos de ações e tomadas de decisões. Isso pode ser feito por meio de assembleias, comitês, conselhos e etc. No sexto degrau, a delegação permite maior participação no poder de decisão em certos campos ou jurisdições, mas ainda com algumas delimitações.

No topo dos níveis de participação de Bordenave (1983) encontra-se a autogestão. Ela acontece quando o grupo por si só define seus objetivos, os caminhos que irão seguir e como irão fazer para conseguir. O grupo não deve uma referência à uma autoridade externa, tem autonomia para decidir e resolver seus próprios assuntos.

Correlacionando as duas autoras, a escala de Bordenave parece começar no terceiro nível da de Arnstein, pois esta ainda considera dois níveis de não participação. Os outros níveis intermediários são descritos de forma semelhante e o grau mais alto de participação nomeados de autogestão e controle cidadão representam a mesma conduta do poder nas mãos da própria população.

Independentemente do nível de participação, para Bordenave (1983) este é o caminho natural que o ser humano tem de se expressar, realizar, se afirmar, criar e dominar a natureza e o mundo, interagindo com outras pessoas, desenvolvendo pensamentos reflexivos.

Logo a participação terá duas bases complementares – afetiva e instrumental. A afetiva, como o próprio nome já sugere, está muito mais ligada às emoções, ao prazer em se fazer coisas com outras pessoas, enquanto que a instrumental é mais da praticidade, pois fazer algo em grupo é muito mais eficaz e eficiente do que fazer algo sozinho.

Os estudos sobre participação são ainda escassos de referência e sem uma linearidade histórica, além de ser um tema contemporâneo, com suas ideias ainda em construção, logo seu histórico ainda está sendo construído. Para esse estudo um breve histórico se fez suficiente.

2.3 Breve histórico da participação

Para entender as primeiras ideias de participação no cenário da arquitetura e urbanismo é necessário compreender como surgiram os primeiros conceitos que envolvessem mais a comunidade nos processos de projetos.

Em um contexto de pós Primeira Guerra Mundial, em que a sociedade buscava formas de resolver os problemas de habitação, trabalho, deslocamento e lazer, o modernismo surgiu como uma verdadeira revolução arquitetônica e inclusive cultural, muito distante de ser apenas um estilo, como acabou sendo resumido. A produção da época passou a ser considerada às necessidades habitacionais do pós-guerra e da cobiça por parte da especulação imobiliária considerando apenas seus aspectos plásticos, sem nenhuma referência a funcionalidade e valores de uso das construções, desconsiderando as reais intenções do movimento e o contexto histórico da época. A arquitetura que antes era reservada ao indivíduo passou a ser aplicada de forma mássica aos trabalhadores nas indústrias e escritórios (KOPP, 1990).

Gonsales (2011) descreve que os modernistas acreditavam que o desenho da cidade e a estrutura urbana racional e funcional estavam diretamente ligados a um mundo mais igualitário e de bem estar social. Porém essas ideias racionalistas acabaram sendo reproduzidas em excesso, não considerando a identidade de cada pessoa nos projetos. Essa atitude fez com

que os membros das gerações mais novas dos CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – criticassem fortemente as práticas modernistas. Esse grupo de arquitetos dessa nova geração dos CIAM, o Team X (também conhecido como Team 10), defendiam uma reintrodução das experiências das comunidades, trazendo em pauta conceitos de pertencimento e identidade para discussão.

Um dos arquitetos participantes deste grupo, Giancarlo De Carlo, foi um dos pioneiros em refletir sobre a importância da participação das comunidades. As formas que ele encontrou de desenvolver projetos e definir procedimentos de trabalho se tornaram referência no desenvolvimento de projetos participativos. Essas práticas ficaram exemplificadas em seus trabalhos na Vila Matteotti (1964-1974) e em Urbino (1958-1976). Entendia que as questões formuladas nas *arts and crafts* era um dos momentos de construção da linguagem arquitetônica moderna engajada na realidade social e que esses problemas precisavam ser resolvidos pela arquitetura (GONSALES, 2011).

O movimento do *arts and crafts* segundo Pugin (apud TAGLIARI; GALLO, 2007) era norteado pela originalidade nos projetos, uso de materiais regionais, preservando suas propriedades originais, individualismo e honestidade na estrutura e no uso de materiais. Apesar dos ideais louváveis do movimento que lutava por reformas sociais por meio das artes, este teve seu sucesso fadado as classes altas pois o distanciamento da industrialização no processo de produção acabou encarecendo o produto final dos artistas e arquitetos adeptos ao movimento.

Em seus estudos, de Carlo resgata as ideias de William Morris², que segundo PRONSATO (2005) escreve no Manifesto da Bauhaus³ em 1919, da necessidade de enaltecer o trabalho artesanal, de valorizar a criatividade e diminuir as barreiras entre as classes sociais. Este texto de Morris se dá no contexto de pós Primeira Guerra Mundial, em que há uma ruptura nas técnicas aliadas à tecnologia e às máquinas. Agora, elas representavam destruição e morte. Era necessário o afastamento dessas técnicas e a contestação do modelo dominante, sinalizando uma estratégia para um novo modelo social.

Outro arquiteto importante para o cenário dos projetos participativos foi Hassan Fathy, arquiteto egípcio que buscou soluções para os problemas habitacionais das pessoas que moravam no campo no Egito. Nessas soluções, Fathy procurou valorizar os saberes milenares fazendo usos das técnicas da população para construção de habitações acessíveis que

² Designer, pintor, socialista inglês, teórico do movimento *arts and crafts*, contra a massificação causada pela revolução industrial

³ Disponível em <<http://bauhaus-online.de/en/atlas/das-bauhaus/idee/manifest>>. Acesso em 04 de junho de 2016.

satisfizessem três parâmetros – técnico, material e econômico, em um diálogo entre arquiteto, proprietário e artesão. Ele acreditava que o arquiteto poderia ter papel “ímpar em reacender a fé do camponês na sua própria cultura” (NOVAES, 2015).

O conteúdo do Manifesto da Bauhaus [também da *arts and crafts*, de Giancarlo de Carlo e Hassan Fathy] será retomado pelos movimentos participativos, não só valorizando as técnicas locais, por meio de mutirões, mas adicionando a valoração do saber popular em uma interação com o saber técnico, em uma construção coletiva de conhecimento (PRONSATO, 2005).

2.4 Projetos participativos na arquitetura e urbanismo

Nas leis que regem a forma de construir a cidade nos índices urbanísticos, prevalecem os critérios técnicos como volumetria, localização e afastamentos que, segundo Nygaard (2010) sem dúvida, produzirá espaços tecnicamente eficientes, porém são espaços que não contribuem para a qualidade da vida urbana, não levam em consideração o conteúdo social, histórico, aspectos culturais e as características de cada localidade.

O entendimento para produzir esses índices urbanísticos trata a cidade de forma muito generalizada, genérica, incapaz de absorver toda a diversidade existente e ao longo do tempo foi se orientando para reduzir ao máximo as imprevisibilidades e subjetividades, tornando-os cada vez mais abrangentes e arbitrários. E para obter um conhecimento bem maior desses fatores que estão relacionados aos espaços da cidade, demandaria uma integração maior da administração municipal com as diversidades social e econômica e também com as associações de bairro e os moradores locais (NYGAARD, 2010).

Sabemos que tratar a cidade de forma generalizada e focada no mercado, é um equívoco, tamanha as diferentes realidades enfrentadas. A função social deve incidir para colocar à frente dos interesses particulares, os interesses públicos, principalmente em locais marcados pela desigualdade social e pobreza, problemas constantemente enfrentados pelas administrações municipais.

Para Silva (2004), é aí que o Estado assume papel fundamental em regular e produzir os serviços básicos com intuito de superar estes problemas com medidas distributivas que devem ter participação da sociedade civil para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Para tanto, é necessário superar o autoritarismo e centralização de poder e buscar modelos novos de gestão, mais criativos, transparentes e participativos.

Nos novos modelos de gestão, as decisões são tomadas por meio de negociações entre técnicos e comunidade, utilizando a participação como elemento fundamental para esse propósito. Técnicos de diversas áreas podem ser empregados nessa conversa com a população, inclusive a prática do arquiteto e urbanista.

As metodologias tradicionais de projetos, tanto em projetos particulares quanto em projetos coletivos, por muitas vezes acontecem em uma “visão de sobrevoos” (PRONSATO, 2005), onde o profissional arquiteto e urbanista compreende o outro como um objeto de estudo e não como outro sujeito com quem se estabelece uma intersubjetividade e quem em um diálogo é possível se aprender e trocar experiências e ideias necessárias para o desenvolvimento do projeto (PONTY apud PRONSATO, 2005).

A reprodução da atuação profissional convencional continua atropelando qualquer iniciativa na direção de superar os arranjos sociais institucionalizados. Para Jones, Petrescu e Till (2005) a cultura arquitetônica dominante ainda é a da imagem, superficial e transitória que desconsidera o potencial catalisador e transformador que a arquitetura e urbanismo podem oferecer. Em outras palavras, ainda que alguns grupos tenham sido capazes de promover bem sucedidas mudanças nos arranjos produtivos [como a Vila Nilo em São Paulo, Quinta Monroy no Chile e pequenas intervenções de EMAUs], reduzindo a escala de ação e apostando na autogestão, tais processos ainda não incorporam mudança substancial no procedimento de projeto, fazendo com que a prática do arquiteto ainda fique preservada, construindo um obstáculo entre a autoprodução extremamente praticada no Brasil e o campo arquitetônico convencional (KAPP et al, 2012).

Para Sanoff (2006), o papel do profissional arquiteto e urbanista na participação é facilitar a capacidade da comunidade em chegar em decisões sobre os aspectos de seu ambiente, para obter as melhores soluções para todos. Porém, além de se chegar em soluções, o que as tornam legítimas é se o processo que se passou para alcançá-las foi justo, aberto e democrático pois mesmo que nem todos os indivíduos ou grupos concordem com a decisão final, a história mostra que as melhores decisões públicas acontecem quando a sociedade está envolvida no processo, tendo papel decisivo na criação.

Kapp et al (2012) caracterizam três formas de atuação em projetos para comunidades, a atuação tecnocrática, a missionária e a artística. A atuação tecnocrática acontece quando o profissional é contratado pelo Estado para trabalhar em alguma melhoria emergencial, em atendimentos individuais ou globais, em grandes projetos que levem em consideração processos participativos ou impositivos. Independente do foco, o ponto mais forte aqui são os objetivos,

normas e procedimentos predefinidos que não podem ser modificados pelo profissional ou pela vontade dos próprios usuários. Ou seja, esta atuação está marcada pela racionalidade técnica (burocrática) e o conhecimento vivido por moradores que acostumadamente produzem os seus próprios espaços.

A atuação missionária faz com que o arquiteto transfira o conhecimento do seu campo para pessoas que nunca tiveram acesso a eles. As imposições nessa forma de atuação são mais sutis e envolvem esquemas mentais provenientes de processos de socialização e aprendizado que por vezes o indivíduo não tem consciência disto.

A atuação artística não é algo para solucionar diretamente problemas como funciona com as atuações tecnocráticas e missionárias. Esta é muito mais focada em transformar a percepção das pessoas sobre as favelas, por exemplo. Projetos como o favela *painting*, onde artistas fazem pinturas nas casas de favelas, tem grande visibilidade na mídia e acabam dificultando mudanças futuras pois podem acarretar na destruição dessas pinturas. Nessas situações o ganho simbólico para o artista é relativamente fácil, já que qualquer intervenção feita nesses locais que passam uma percepção tão negativa tende a ser aplaudida.

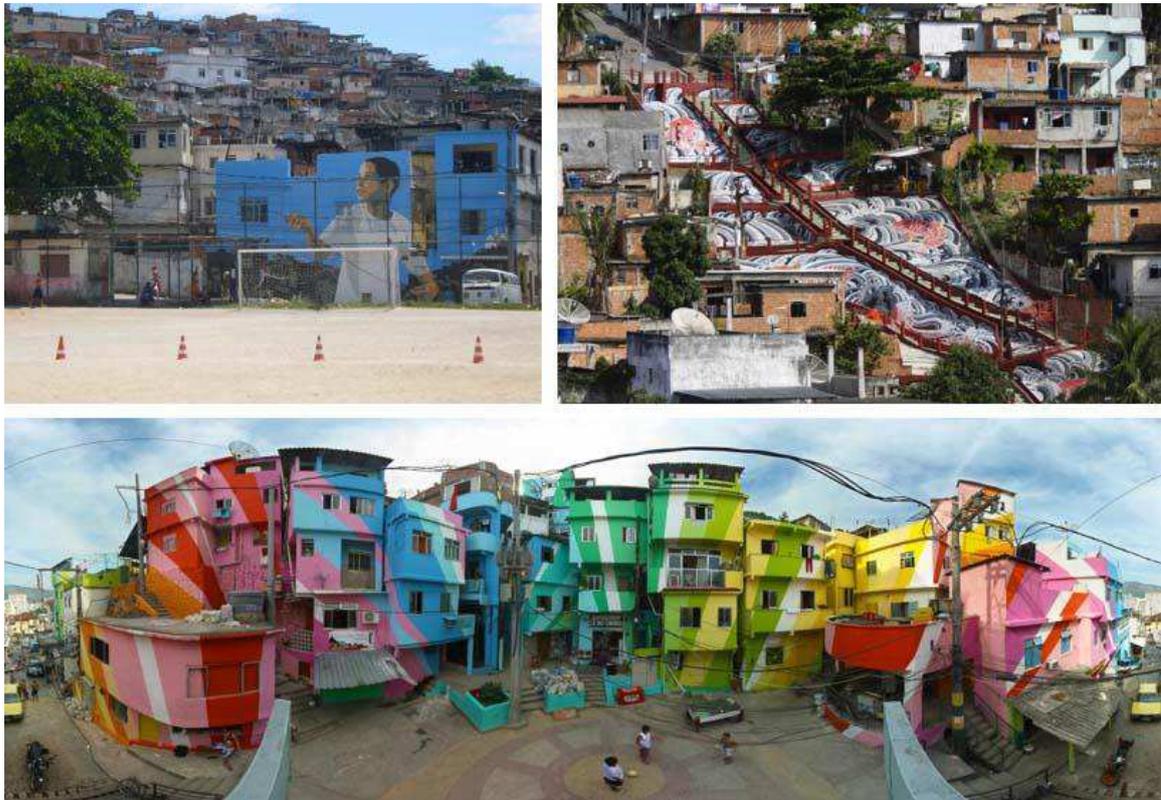


Figura 6 - Projeto favela *painting* no Rio de Janeiro. Fonte: favela *painting*.

Neste trabalho serão exemplificados dois projetos que tiveram por metodologia a participação, a Vila Nilo em São Paulo e Quinta Monroy no Chile.

2.4.1 O caso da Vila Nilo

A Vila Nilo está localizada em São Paulo, no bairro Vila Laura, na divisa com Guarulhos e ao lado da Rodovia Fernão Dias, que constitui um de seus acessos, em conjunto com o corredor formado pelas Avenidas General Ataliba Leonel e Guapira. A figura abaixo apresenta a localização.

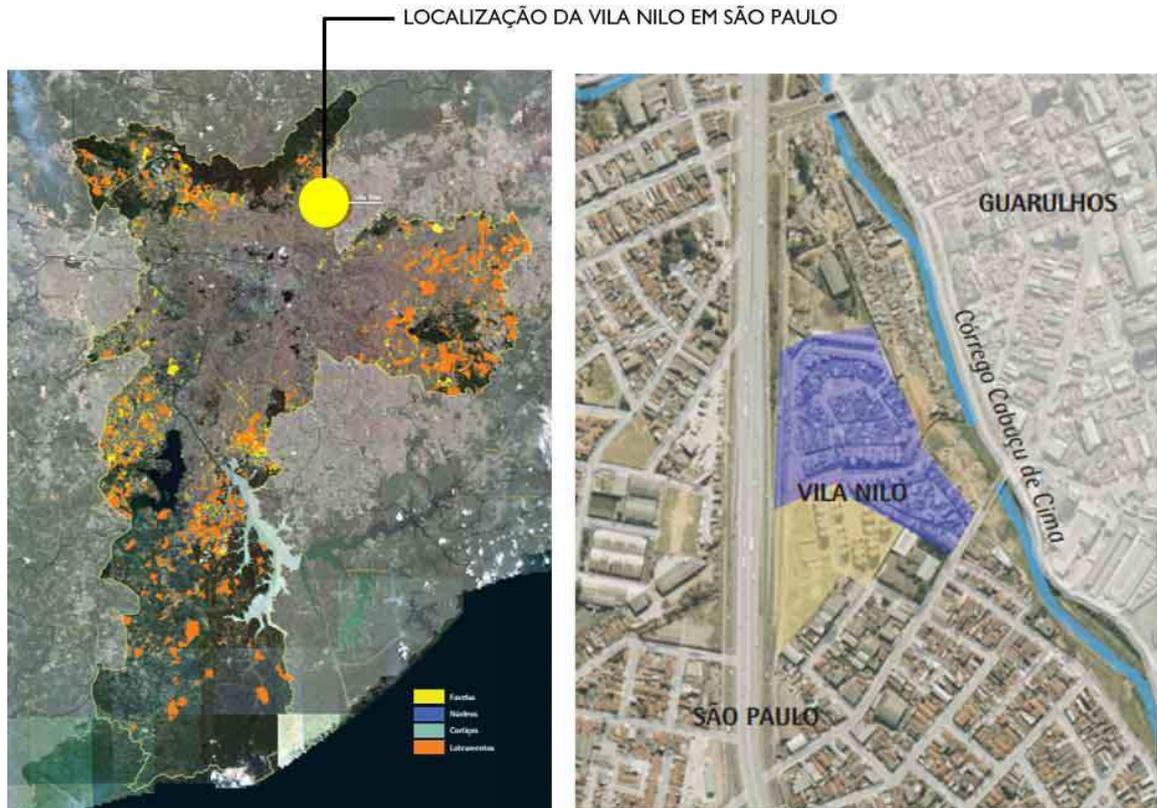


Figura 7 - Localização da Vila Nilo. Fonte: França et al, 2011.

De um lado da ferrovia na década de 1990, existiam os bairros Vila Laura, Vila Nilo Vila Isabel, Jardim Cabuçu e Jardim Aliança, já formalmente constituídos e, do outro lado da Rodovia havia um terreno vazio, não desmatado, de propriedade do município, que havia sido destinado no início dos anos 90 às famílias ligadas aos movimentos de moradia da Zona Norte. Essas famílias se mudaram para esse terreno onde construíram suas casas, porém sem acesso à serviços básicos de infraestrutura. Depois de 4 anos da construção dessas primeiras casas, a Prefeitura limpou o restante do terreno com objetivo de construir novas moradias nessa área. O problema veio quando após o espaço ficar limpo e livre atraiu mais famílias que acabaram ocupando a área de forma precária. Com isso, no final dos 90, a Vila Nilo estava ocupada por centenas de famílias vivendo em moradias improvisadas, integrando-se ao cadastro das favelas da cidade de São Paulo (FRANÇA et al, 2011).

Em 1996, a Prefeitura iniciou a implantação de um empreendimento, o conjunto Habitacional Vila Nilo, que estava previsto no programa de obras e verticalização de favelas, o Projeto Cingapura. O conjunto consistia de 13 blocos de apartamentos para receber 260 famílias que viviam nos assentamentos vizinhos.



Figura 8 - Conjunto Habitacional Vila Nilo. Fonte: França et al, 2011.

Segundo França et al (2011), a intervenção não atendeu às necessidades das pessoas que moravam nos assentamentos precários, o que acabou ocasionando uma intensificação de ocupações desordenadas no terreno próximo ao empreendimento. Essas ocupações estavam em riscos eminentes de desmoronamento, incêndios, além da ausência de saneamento básico, pouca iluminação, acúmulo de lixo e dificuldade de acesso. Em 2002, a Vila Nilo foi incluída no conjunto de favelas a serem urbanizadas pelo Programa Bairro Legal e em 2013 foi dado início ao processo de elaboração do projeto para área.

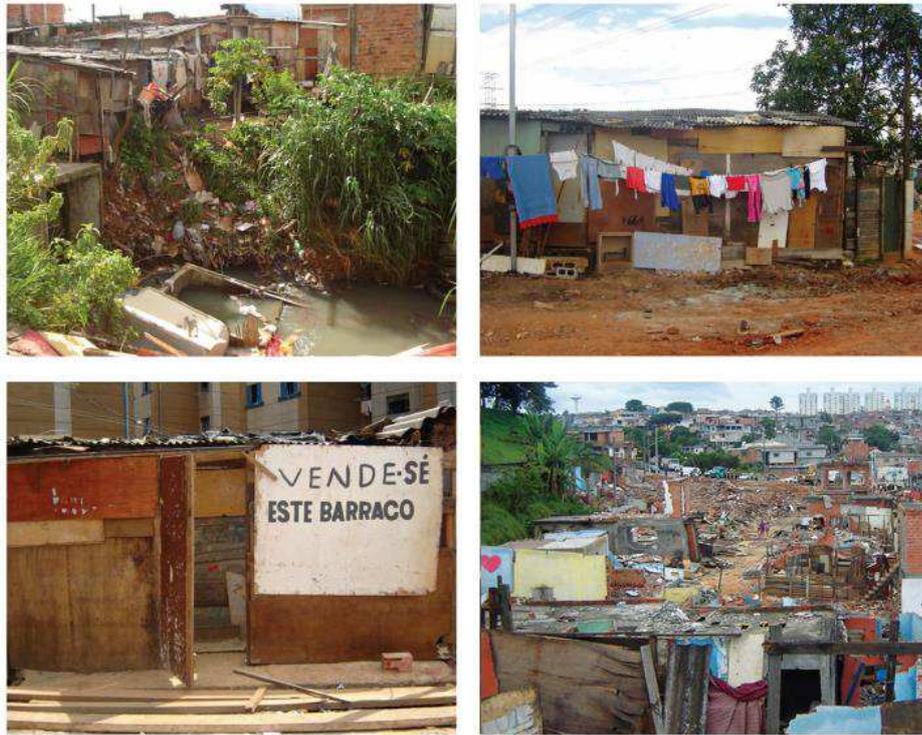


Figura 9 - Vila Nilo antes da intervenção. Fonte: França, 2011.

Ainda segundo as autoras, primeiramente se fez uma identificação das lideranças da favela, o cadastramento de todas as famílias e a identificação de representantes para cada rua da favela. A contratação do projeto de urbanização ficou sobre responsabilidade do Consórcio Ambiente Urbano Planejamento e Projetos Ltda. e LENC Laboratório de Engenharia e Consultoria S/C Ltda. Em seguida, partiu-se para o levantamento e diagnóstico da situação real existente na favela para que se pudesse começar o projeto. Durante todo o processo foi levado em consideração a participação das famílias, a democratização da informação e discussão coletiva sobre os principais aspectos do projeto e os procedimentos necessários para sua viabilização, de modo que a população pudesse se apropriar do projeto.

Pontos importantes do processo de participação foram a criação do ZEIS – Conselho Gestor da Zona Especial de Interesse Social, composto por 16 membros, sendo que metade representavam o poder público e os técnicos e a outra metade eram representantes escolhidos pelos moradores, a criação de um centro de convivência dentro da Vila Nilo e realizações de palestras e ações com intuito de conscientizar a população da importância da participação, da consciência coletiva para com o meio ambiente e a conservação do bairro.



Figura 10 - Assembleias, reuniões e centro de convivência com moradores. Fonte: França, 2011.

Em depoimento ao livro *Vila Nilo - novos bairros de São Paulo* - a arquiteta que participou de todo processo, Eliane Guedes, comenta sobre o maior tempo que foi gasto na etapa de levantamento e de diagnóstico, mas que é uma etapa que se feita corretamente será extremamente importante para o desenvolvimento das etapas e discussões posteriores. Guedes explica que uma intervenção de manutenção ou de remoção das casas de uma favela é um processo completamente diferente de uma edificação de uma nova edificação, em que se pode construir o que se quiser desde que esteja adequado aos requisitos da legislação. No caso das favelas, é necessário compreender e respeitar a lógica que norteou o crescimento daquela favela, como as famílias se organizam naquele espaço e como vivem.

Segundo França et al (2011), após a etapa de profundo conhecimento do local e dos moradores, a equipe de projeto propôs três propostas que foram apresentadas e debatidas pelos moradores, que por meio de votação, escolheram uma opção e também sugeriram modificações e sugestões que depois foram incorporadas ao projeto. A proposta escolhida pelos moradores foi a que continha casas sobrepostas, pois eles não se sentiam contemplados com propostas que envolviam edifícios de apartamentos, já as casas sobrepostas mantinham uma linguagem com a favela que existia.



Figura 11 - As três propostas apresentadas. Fonte: França, 2011.

Durante a construção do novo bairro, a favela foi dividida em setores onde algumas pessoas ficaram esperando durante construção na própria favela e outras acabaram sendo remanejadas temporariamente ou com o auxílio aluguel ou com alguma ajuda em dinheiro ou para alguma outra unidade habitacional em outras regiões da cidade. Todas essas medidas foram feitas condizentes com as situações de cada família, de acordo com as escolas das crianças e locais de trabalho das pessoas. Em paralelo, houve acompanhamento frequente com essas famílias, com capacitações e reuniões para educar as pessoas a uma nova relação com o espaço, outras posturas e também novas despesas.



Figura 12 - Processo de construção com alguns moradores ainda vivendo no local. Fonte: França, 2011.

Executou-se então distribuição de água e energia, coleta de esgoto, canalização da vala de drenagem e a recomposição de toda estrutura viária do interior do terreno. As ruas foram

redimensionadas, permitindo a entrada de automóveis, de ambulâncias, de caminhões de lixo e da própria circulação da população.

Com a entrega das obras, foi dado início ao processo de regularização fundiária para que os moradores tivessem posse de suas casas e também possuíssem segurança jurídica.



Figura 13 - Resultado do novo bairro Vila Nilo. Fonte: França, 2011.

2.4.2 O caso de Quinta Monroy

A segunda referência é de um projeto localizado em Iquique, no Chile projetado pelo escritório Elemental, do arquiteto Alejandro Aravena, que tinha por desafio acomodar 97 famílias em uma área de 5 mil metros quadrados localizadas na área central de Iquique, que fazia o valor do terreno ser três vezes maior que o preço que a habitação social normalmente poderia pagar, no entanto o subsídio ofertado pelo governo foi de US \$ 7.500 dólares (ELEMENTAL).



Figura 14 - Localização de Quinta Monroy no Chile. Fontes: Imagem da esquerda - Google Earth, 2016; Imagem da direita - Elemental.

O assentamento existia desde a década de 1960, onde 97 famílias ocupavam um espaço na região de Iquique e viviam de forma precária. Houveram várias vezes tentativas de melhoria na área, mas a compra do terreno sempre era inviável devido ao seu alto custo. Uma das alternativas propostas ao longo do tempo foi o de remanejamento das pessoas para outra área fora de Iquique, que logo foi recusada. No ano de 2001, o Programa Chile Bairro contratou o escritório Elemental na busca de uma solução para o local (CHILE BARRIO, 2005).



Figura 15 - Quinta Monroy antes da intervenção. Fonte: Smithsonian, 2011.

Aravena (2014) explica que quando não há dinheiro suficiente para construir uma casa de tamanho confortável para uma família, automaticamente o mercado responde construindo casas menores. Foi aí que a solução surgiu, a de construir metade de uma casa - a que seria mais custosa para os moradores construírem - permitindo que ao lado a casa pudesse ser expandida.

As construções seriam edifícios de dois andares divididos em quatro grupos, em que a casa térrea poderia se expandir horizontalmente e a do primeiro pavimento, verticalmente e horizontalmente.

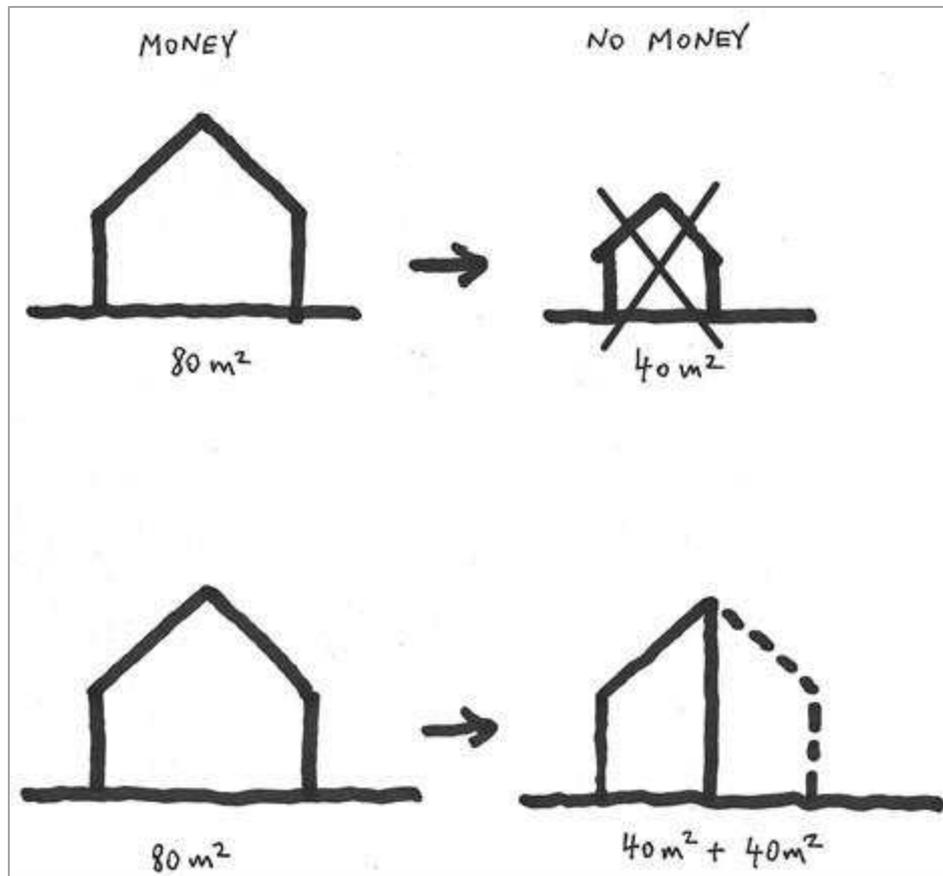


Figura 16 - Elemental repensa como os recursos limitados podem ser utilizados. Fonte: Elemental.

O processo de desenvolvimento do projeto levou em consideração os anseios da população, permitindo a participação destes com propostas, opiniões e soluções. Foram criadas estruturas de comissões, grupos do bairro e plenárias que pudessem facilitar a comunicação entre técnicos, poder público e beneficiários. A partir de oficinas, os moradores participaram do desenho do projeto, das soluções de acessos e modelos de construção, libertando o processo de barreiras físicas que muitas vezes afastam os especialistas do campo dos usuários (MALATESTA, 2006).



Figura 17 - Comunidade de Quinta Monroy participando no desenvolvimento do projeto. Fonte: figuras acima - Smithsonian, 2011; figuras abaixo – El plan Z, 2012.

Uma das principais questões desse projeto era que a população estava totalmente desacreditada em constantes promessas políticas de melhoria para a área, mas que nunca eram concretizadas. Portanto, o envolvimento da comunidade no projeto foi essencial para que estivesse dentro das pretensões da população e criando um sentimento de pertencimento. Durante a construção, as famílias se alojaram em um acampamento provisório, retornando na finalização das obras.

A figura 18 apresenta as habitações como foram entregues e com pouco tempo das pessoas morando no local, as intervenções já podiam ser visualizadas.



Figura 18 - As obras concluídas e as intervenções posteriores dos moradores. Fonte: Tory-Henderson, 2016.

2.5 Metodologias participativas

Com objetivo de operacionalizar o processo de participação, reduzir exclusões e diminuir as barreiras entre os atores sociais envolvidos no processo existem métodos e instrumentos que podem ser utilizados, considerando cada situação, porém não garantindo a qualidade dos resultados. Em alguns momentos, essas ferramentas podem ser utilizadas de forma autoritária e manipuladora e nem sempre se dão em harmonia, pois a essência da democracia está no constante conflito entre os diferentes interesses (BROSE, 2010).

Esses métodos e instrumentos ajudam a conduzir os processos de participação, permitindo que o maior número de pessoas participe e que todas as ideias sejam registradas e levadas em consideração. Constantemente, mesmo com o uso de métodos de participação não se consegue a promoção de processos participativos, alguns avançam significativamente e outros se tornam superficiais. Este trabalho aborda as metodologias participativas: moderação, planejamento estratégico, processo *charrette*, oficina do futuro e método *ZOPP*.

2.5.1 Moderação

Collete (2010) descreve a moderação como uma forma de condução de processos de discussão que visa promover a participação ativa de todos os integrantes de determinado grupo com o objetivo de construir um produto final.

O moderador será responsável por reger, regular e facilitar a comunicação, criando um ambiente de segurança que colabore para se chegar em um resultado esperado. É seu papel ser neutro nas discussões. Para este processo prosseguir é necessário que o tema esteja previamente definido e de forma clara e o grupo deve ser formado considerando as relações destes com o tema proposto. Deve-se valorizar as diferentes opiniões, mas sempre prevalecer os interesses coletivos. O moderador irá “facilitar” a construção de respostas coletivas, com as quais se identifique e se comprometa.

As ferramentas utilizadas pela moderação podem ser dinâmicas de grupo, perguntas e visualizações. Antes do desenvolvimento de qualquer atividade, Collete (2010) ressalta a importância de uma etapa de integração com a apresentação dos participantes e a exposição de seus anseios e expectativas em relação à atividade. Além dessa, outras dinâmicas podem ser utilizadas de acordo com a proposta de trabalho.

As perguntas são formadas a partir de uma análise prévia, de modo que sejam simples e claras, mas que ao mesmo tempo despertem interesse dos participantes. As perguntas corretas são a chave dos métodos participativos.

Cordioli (2010) recomenda que as reuniões sejam descontraídas, estimuladas pelo diálogo de todos, sem julgamento de ideias, registrando tudo que foi exposto mesmo que aparentemente sem importância, não se deve dar a resposta para todos os problemas e sim estimular a busca de alternativas, elaborando os próximos passos a serem seguidos e fazendo uma auto avaliação no fim da reunião.

A visualização consiste em se formar um painel onde as considerações e informações são organizadas para que todos possam acompanhar e se possa registrar o desenvolvimento do

trabalho. Este painel pode ser construído de várias formas, uma delas é a técnica de visualização com fichas, o método Metaplan.



Figura 19 - Exemplos de visualização com fichas. Fontes: Praxis, 2015 e Carrion, 2015.

Para que tudo seja melhor organizado, antes de tudo é necessário a elaboração de um roteiro das atividades que serão realizadas, estabelecendo os recursos que serão utilizados e uma média de tempo do projeto.

2.5.2 Planejamento estratégico

Sanoff (2006) descreve que o planejamento estratégico é um método com objetivo de produzir decisões e ações que possam orientar uma comunidade, identificando metas, prioridades, problemas, possíveis soluções e avaliação de resultados.

Para o desenvolvimento do planejamento estratégico é necessária coleta de informações criando uma declaração de visão, ou seja, um ponto de referência em comum para orientar os objetivos da comunidade, exploração de alternativas de soluções e como essas decisões podem implicar no futuro dessa comunidade. O planejamento deve ser específico, porém flexível, permitindo revisões à medida que novas oportunidades se tornarem possíveis, deve ser capaz de monitoramento de seu progresso ao longo do tempo.

A partir do momento que o planejamento estratégico leva em consideração a participação dos indivíduos seus benefícios são ampliados, melhorando a qualidade das decisões, construindo um consenso facilitando a sua implantação, evitando confrontos e tomando todo o processo legítimo e de credibilidade.

Os atores envolvidos no processo são técnicos (que podem ser arquitetos, sociólogos, psicólogos e etc.), líderes comunitários e membros da comunidade, ONGs e associações comunitárias.

2.5.3 Processo *Charrette*

Este método é bem-sucedido na elaboração de objetivos para solução de problemas, trabalhando de forma colaborativa e interdisciplinar que irá incluir três mecanismos principais: a geração de ideias, as tomadas de decisões dialogadas com todos os participantes e as recomendações para solução de problemas e propostas. (VENANCIO, 2011).

É um processo participativo em que todas as vozes, opiniões e pontos de vista são considerados e *loops de feedback*⁴ são gerados. Seu desenvolvimento tem caráter intensivo em um curto espaço de tempo e realizado de preferência *in situ* ou bem próximo do local a ser desenvolvido. Para que o método possa ter mais chances de sucesso, é importante aplicar a pré-*Charrete*, que consiste em uma preparação em compreender melhor o local de estudo, com levantamentos, estudo de insolação e ventilação e o pós-*Charrete* que se refere ao monitoramento dos resultados de implementação das propostas (GRUPO MILETO).

2.5.4 Oficina do futuro

Outra metodologia é chamada de oficina do futuro, criada por Jungk e Muellert e descrita por Matthäus (2010), que surge para incluir as capacidades emocionais e criativas nos processos de planejamento. Nas oficinas, os participantes devem ser de diferentes classes sociais, diferentes formações profissionais e a discussão deve ser conduzida sem hierarquia, valorizando tanto as opiniões técnicas quanto os saberes populares. O processo dessa oficina é dividido em três fases principais – crítica, utopia e realização.

Na primeira fase, todos os problemas devem ser expressos, se permitindo todo tipo de julgamento, apenas evitando alguma crítica às críticas, já que cada indivíduo pode ter uma visão diferente do tema em questão.

Para a segunda fase, deve-se criar um ambiente de criatividade que permita o grupo a se liberar do pensamento crítico da fase anterior. Alguns exercícios criativos e exercícios de movimentação rítmica podem ser utilizados para “soltar” as pessoas para o momento de buscar soluções criativas, utópicas e sonhadoras. Aqui não se deve ter a preocupação com a questão de falta de dinheiro ou barreiras de como será feito.

A fase da realização seria colocar de volta os “pés no chão”, definindo ações de melhoria a serem executadas a partir da análise dos resultados das fases anteriores. Nessa fase os prazos e metas são definidas, bem como os reais recursos financeiros.

⁴ Informação que o emissor obtém da reação do receptor à sua mensagem, e que serve para avaliar os resultados da transmissão; resposta ou reação à um estímulo. Disponível em <<http://www.dicio.com.br/feedback/>>. Acesso em 10 de julho de 2016.

Matthäus (2010) frisa que os participantes são os responsáveis por dar continuidade e implantar as propostas que surgem durante a oficina do futuro.

2.5.5 Método ZOPP

Outra ferramenta conhecida é o método *ZOPP*, sigla em inglês que significa Método de Planejamento de Projeto Orientado pelos Objetivos, que pode durar de alguns dias até meses, podendo ser ampliado com a introdução de outros instrumentos e técnicas de acordo com cada caso (BROSE, 2010).

A primeira etapa é o diagnóstico, dividido em três sub etapas:

- Análise de envolvimento – consiste em uma reflexão inicial sobre a paisagem institucional do problema que motivou o grupo. Faz-se um mapeamento de todos os indivíduos, grupos e organizações levantando suas principais atividades e a descrição sobre seus principais potenciais e limitações.
- Análise dos problemas – listagem das principais dificuldades relacionadas com o tema, pode-se utilizar da árvore dos problemas (ver figura 21) para estruturar e conectar os problemas relacionados.
- Análise de objetivos – se faz uma substituição dos problemas por possíveis soluções. Pode-se utilizar uma árvore de objetivos a partir da transformação da árvore dos problemas. O objetivo é construir uma visão conjunta para o futuro, de forma a comprometer todas as pessoas no projeto.

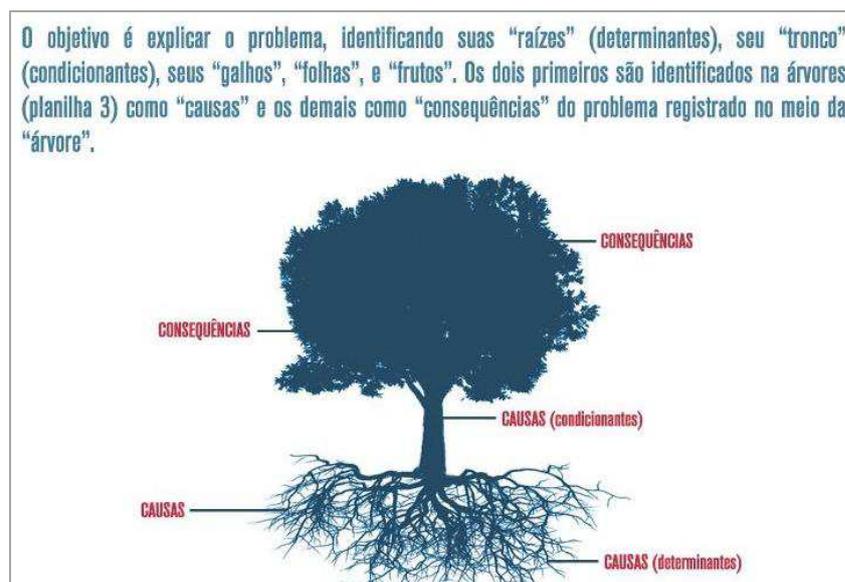


Figura 20 - Árvore dos problemas. Fonte: Gondim, 2003.

Em uma segunda etapa, o grupo deve escolher dentre as alternativas a que melhor se encaixa para intervir na realidade analisada, baseando-se em um Marco Referencial, que define o período de tempo, os envolvidos e os recursos disponíveis.

Brose (2010) acrescenta que é nesse momento que se pode também interromper o processo caso se perceba que o projeto não tem chances de êxito. Caso contrário, com o objetivo a ser alcançado e a estratégia a ser implementada, o grupo passa para a fase de planejamento.

Esta fase consiste no detalhamento do projeto, setorizando em níveis de importância os objetivos que expressam a estratégia – conforme figura abaixo.

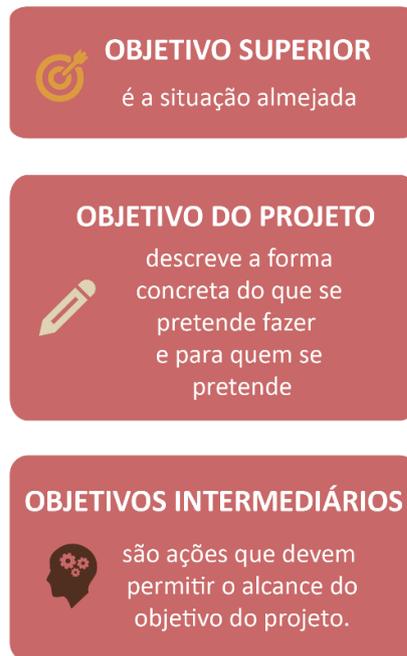


Figura 21 - Objetivos do detalhamento do projeto. Fonte: elaborado pela autora, 2016.

O próximo passo se resume em uma análise de riscos que podem impedir algum dos objetivos e como será feito para monitorar e avaliar o projeto, indicando as medidas que podem ser tomadas caso algo não esteja no caminho correto.

É importante ressaltar que o método *ZOPP* limita-se ao planejamento, não garantindo a qualidade de implementação, é claro que um bom planejamento diminui os riscos e prevê diversos problemas, tornando a execução mais fácil.

3. ESTUDO DE CASO

Este trabalho teve como estudo de caso o acompanhamento da inserção de metodologias participativas pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – EMAU

Solar, formado por alunos da Universidade Estadual do Maranhão, no desenvolvimento de um projeto arquitetônico e paisagístico para a Associação Nossa Senhora de Loreto.

3.1 O objeto de estudo

A Associação Nossa Senhora de Loreto está localizada na Avenida Tancredo Neves, na Vila Flamengo em São Luís – Maranhão. A Vila Flamengo é considerada um aglomerado subnormal (IBGE), carente de distribuição de água, rede de esgoto, iluminação pública suficiente e etc.

A figura abaixo apresenta a localização do Loreto e os pontos referenciais próximos do local. Estão delimitados o campus da Universidade Estadual do Maranhão em cor-de-rosa, a feira da Cidade Operária em amarelo, o supermercado Mateus em azul, o Hospital de urgência e emergência Socorrão II em verde e a área do terreno do Loreto em vermelho.

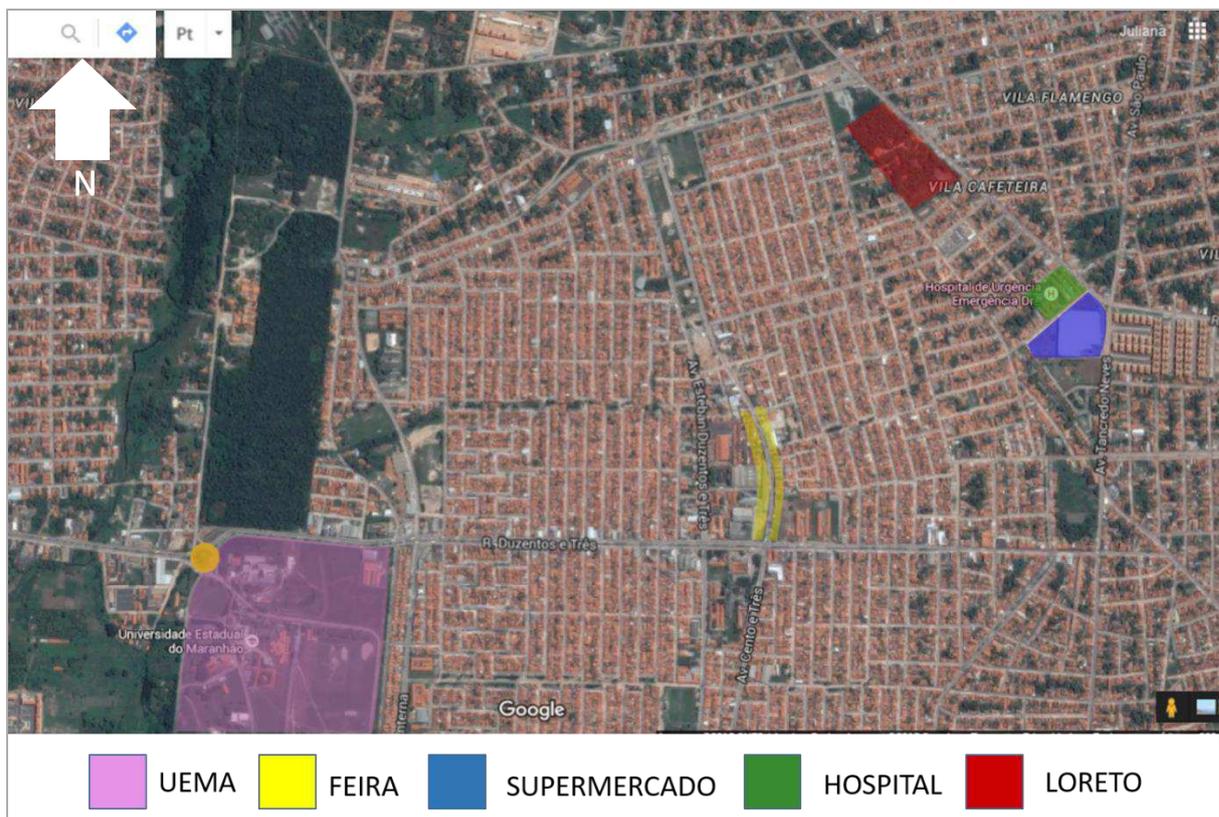


Figura 22 - Localização do terreno do Loreto e pontos referenciais. Fonte: da autora, 2016.

O Loreto é um sítio arborizado com uma área de aproximadamente 4 hectares, inicialmente comprado em 1996 por um padre chamado Ferreira que queria fazer do local uma casa de acolhida para crianças que vinham do interior do Estado do Maranhão, se tratar de alguma enfermidade em hospitais da capital. Nessa época, o Loreto recebia doações que vinham da Itália, pois um dos responsáveis pelos cuidados do terreno era um ex padre italiano. Porém,

essas doações necessitavam ser correspondidas por meio de relatórios que acabaram não sendo executados e o espaço acabou perdendo a ajuda temporariamente.

Em 2002, os membros do Loreto começaram a ter uma relação maior com a comunidade do entorno, devido uma preocupação a respeito da situação das crianças frente à violência do bairro. Em 2003, a Associação passou a oferecer aulas de reforço escolar para essas crianças e a buscar formas de arrecadação de dinheiro para manter essas atividades. Nesse momento, a proximidade com o Socorrão fez com que a área também passasse a receber adultos do interior que se tratavam no hospital, em paralelo, acontecia o trabalho com as crianças. Na época, o bairro era muito carente de escolas e havia um interesse muito grande das famílias em colocar seus filhos no reforço. Era necessário fazer seleções, priorizando as crianças mais necessitadas.

Com o passar do tempo, abriram outras casas de acolhida para adultos que estavam em tratamento em São Luís e a demanda do Loreto diminuiu. Foi aí que surgiu o interesse de incluir os jovens e adolescentes nos trabalhos da Associação oferecendo oficinas de arte, capoeira e música.

O local se tornou espaço de atração da comunidade, oferecendo às crianças, adolescentes e jovens que se encontram vulneráveis à criminalidade e violência do entorno, atividades de reforço escolar, aulas de música, informática, leitura, espaço de lazer e encontro com a natureza e à comunidade oportunidades de cursos de panificação, culinária regional, artesanato, marcenaria e plantio de vegetais.

A Associação já foi reconhecida através de três premiações: em 2008, pelo programa tecendo sonhos do FIES – Fundo Itaú Excelência Social, em 2009 como vencedor do prêmio regional do Itaú-Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância e em 2015, com o prêmio BNDES de boas práticas em economia solidária. Também já foram contemplados com benefícios pelo Criança Esperança da Unesco – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.



Figura 23 - Demarcação do terreno do Loreto na Vila Flamengo. Fonte: Google Earth modificado pela autora, 2015.

Todo o funcionamento das atividades na Associação é gerido pelo pensamento da economia solidária, que segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), consiste em produzir uma atividade econômica baseada na cooperação e autogestão, em que os integrantes não são divididos em patrões e empregados, todos são ao mesmo tempo trabalhadores e donos. Na economia solidária, se luta por uma forma diferente de desenvolvimento, construído pelas próprias pessoas, sem grandes empresas baseadas apenas em lucros. Os produtos produzidos são de pequena produção e saudáveis, sem uso de aditivos que afetem o meio ambiente.

As atividades que acontecem no Loreto ocorrem em algumas construções existentes em seu terreno que são:

- A casa amarela, onde funciona as principais atividades do reforço escolar - 22 alunos de 6 a 9 anos no período matutino e para 27 alunos de 10 anos em diante no período vespertino - a biblioteca (hoje desativada funcionando apenas como depósito de livros), a cozinha, o refeitório e a administração. A casa amarela funciona como o coração do Loreto, local de reunião onde acontecem a maioria das atividades e esporadicamente funciona como habitação;
- Um atelier aonde funcionava uma oficina de marcenaria, mas que agora encontra-se fechado.

- O espaço Margarida, edificação que hoje é alugada para o município de São Luís e funciona uma escola primária para crianças de 3 a 5 anos;
- Uma casa onde mora uma família constituída de 4 pessoas;
- Um depósito improvisado;
- Três coretos – sendo dois menores localizados na parte posterior do terreno e um maior bem no centro do sítio;
- Uma gruta desativada;
- Uma edificação com duas lojas: uma utilizada como padaria e a outra fechada, mas que anteriormente era utilizada como loja de artesanato.



Figura 24 - Da esquerda para direita: a casa da família, o coreto central, o espaço margarida e a fachada do sítio. Fonte: Material da equipe favo de mel no EQUINOX, 2015.

Além das edificações, o terreno possui uma horta, um campo de futebol (que está desativado devido a vegetação alta e as traves estarem com casas de abelhas) e um pequeno parquinho para as crianças. A planta baixa na figura 25 apresenta a implantação de cada um desses itens no terreno.

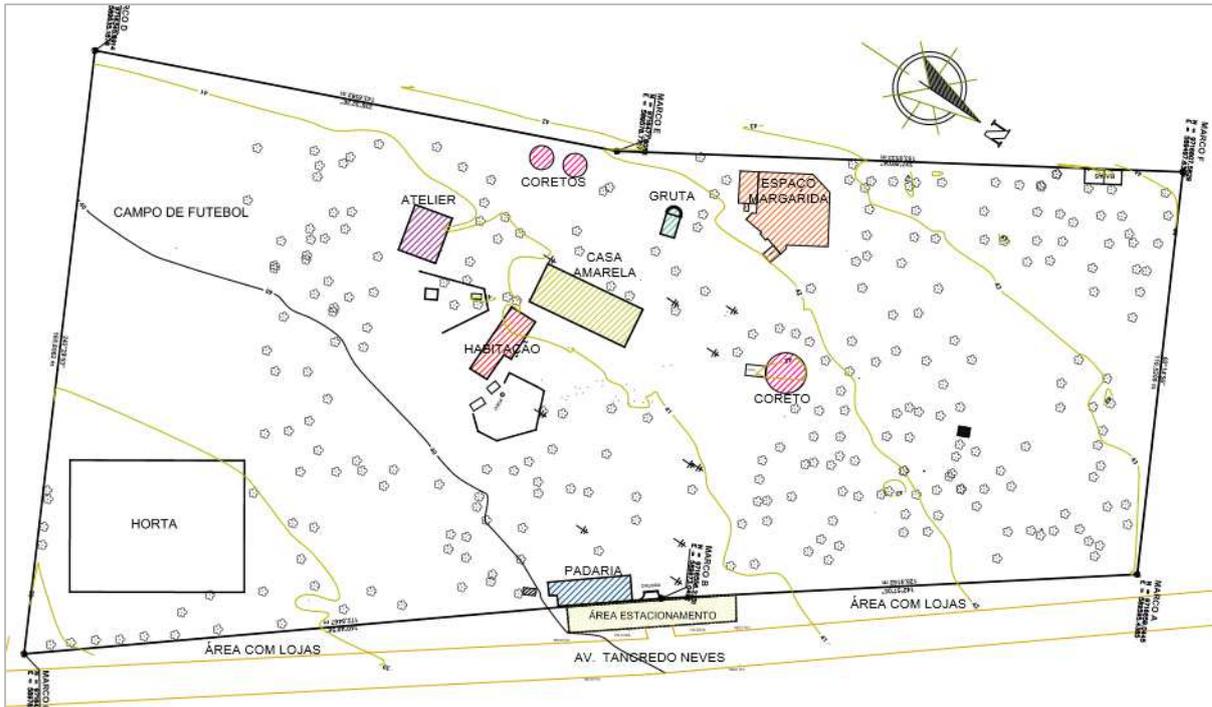


Figura 25 - Planta de levantamento do sítio. Fonte: Material da equipe favo de mel no EQUINOX, 2015.

Atualmente, as principais fontes de renda são de doações, do aluguel do espaço Margarida e das atividades de economia solidária: a venda de hortaliças produzidas na horta, dos pães e confeitaria vendidos na padaria. Apesar das inúmeras atividades que acontecem no espaço, o Loreto possui problemas na estrutura dos seus edifícios, na manutenção dos espaços, na falta de água, na deficiência de ambientes adequados para o reforço escolar, o pouco recurso financeiro e principalmente a dificuldade de organizar espacialmente o local.

Se faz necessário então, intervenções que possam melhorar o funcionamento do sítio, propondo soluções que abrangem desde mudanças de uso e reformas até a construção de novos espaços, trabalhados a nível de projeto ou de intervenções imediatas, que possam ajudá-los a organizar e planejar o espaço da melhor forma possível, visando funcionalidade; diminuição de gastos; aumento do número de crianças, adolescentes e jovens atendidos; maior envolvimento com a comunidade; expansão da economia solidária e organização através da autogestão.

3.2 Os primeiros contatos

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo Loreto, este já realiza inúmeras conquistas, mesmo com poucos recursos. Possui pessoas à frente da coordenação como a Jucilene Barbosa, Vanessa da Silva, Ana Kath Pires e outros que buscam sempre contatos externos com intuito de melhorar o local.

O primeiro contato com o EMAU Solar foi em 2014, onde a Jucilene participando de um fórum sobre reforma urbana pela União por Moradia Popular em São Luís, apresentou as demandas do Loreto e da Vila Zenir⁵ para professores da Universidade Estadual do Maranhão e estes indicaram que ela procurasse o curso de arquitetura e urbanismo da UEMA. Na época, Jucilene entrou em contato com os membros do EMAU, que fizeram levantamentos de informações e visitas aos dois locais. Após essas visitas, o escritório conseguiu trabalhar apenas com a demanda da Vila Zenir, por ser o trabalho condizente com o número de membros no período.

O segundo contato surgiu da oportunidade do Loreto ser inserido como uma das áreas trabalhadas no 6º Atelier Internacional de Criação Urbana – EQUINOX, que aconteceu em setembro de 2015 em São Luís - MA. O evento teve o propósito de contribuir para melhorias de áreas de baixo IDH na cidade de São Luís, propondo soluções criativas e inovadoras em um processo de imersão de duas semanas na universidade, incluindo a participação das comunidades envolvidas, com o tema “Mais IDH Urbano: Equilíbrio, Diversidade e Solidariedade”.



Figura 26 - Visita e apresentação no EQUINOX. Fonte: Blog do EQUINOX, 2015.

Dois grupos formados por estudantes das universidades participantes - Universidade Estadual do Maranhão, a Universidade Federal do Maranhão, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e as universidades italianas Camerino-Ascoli Piceno e La Sapienza di Roma – ficaram responsáveis por desenvolver ideias criativas baseadas em um conceito que relacionasse a identidade da Associação, seus problemas e as possíveis soluções.

No início do evento, os grupos foram apresentados aos membros da coordenação do Loreto e estes transmitiram as principais diretrizes a respeito do trabalho que era realizado no

⁵ A Vila Zenir é uma comunidade que existe há mais de 20 anos, localizada nas proximidades do Jardim Tropical, em São Luís, fruto de uma ocupação popular

local e o que gostariam que fosse contemplado no projeto. A partir disso, o programa de necessidades básico foi construído (Tabela 2).

I PROGRAMA DE NECESSIDADES	
Casa Amarela	salas de reforço
	sala de informática
	biblioteca
	administração
Atelier	
Alojamento	
Habitação	
Áreas de lazer	praça cultural
	parque de pneus
	campo de futebol
	piscina
Produção	horta
	viveiro
	galinheiro
	padaria
	hortifruti

Tabela 1 - I Programa de necessidades do Loreto. Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Surgiram dois conceitos para o Loreto, o primeiro foi de favo de mel, que é construído em conjunto pelo trabalho das abelhas, com o mínimo de recurso possível e produz uma estrutura firme, capaz de armazenar o máximo de mel que está sendo produzido, servindo também de abrigo para os ovos e larvas de abelhas. Aqui este conceito é associado ao Loreto, como se este funcionasse como um favo de mel, acolhendo as pessoas da comunidade, protegendo as crianças e educando-as. O trabalho cooperativo faz com que o sítio funcione harmoniosamente, produzindo alimentos, conhecimento e gerando renda.

A partir do conceito, o terreno foi setorizado em três grandes áreas, que foram nomeadas de acolher, conservar e produzir. Dentro de cada área, as propostas foram setorizadas. Algumas das propostas estão apresentadas na figura abaixo, como a praça de eventos aberta e com cobertura inspirada em tenda de circo para apresentações dos alunos e eventos da

comunidade. O parque para as crianças construído com a reutilização de pneus. A horta em formato de mandala, cujo centro é um lago, possibilitando a criação de peixes e patos e que poderia captar tanto a água da chuva como a água de irrigação das plantas (essa área alaga no período de chuvas), formando um ciclo de irrigação. Este sistema é utilizado em locais com problemas de falta de água, que é o caso do Loreto. Na horta mandala também é utilizado no primeiro círculo de produção um galinheiro, em que as excretas podem ser utilizadas como adubo para a horta.



Figura 27 - Propostas da equipe favo de mel para o Loreto. Fonte: Material da equipe favo de mel no EQUINOX, 2015.

O segundo conceito foi o de trançado, que considera que um fio sozinho é fraco, mas que a união de vários fios forma uma estrutura mais forte e quando entrelaçada, forma conexões intensas, difíceis de desamarrar e de interromper. O pensamento do grupo foi de criar uma rede de percursos que partem do Loreto e direcionam para as áreas limítrofes captando todos os tipos de serviços como escolas, hospitais e igrejas. Esses percursos seriam requalificados e em alguns casos dotados de ciclovias e ruas arborizadas e depois sinalizados de maneira que façam com que as pessoas sejam conduzidas à comunidade do Loreto.

Algumas das propostas estão apresentadas na figura 28, como a horta elevada com valas para escoamento e reserva das águas pluviais para uso na irrigação, o alojamento com redário aberto, apenas com cobertura e a reforma do atelier existente para oficinas.

3.3 Metodologia do estudo de caso

As fases adotadas para o estudo de caso foram:

- Conhecer as necessidades e anseios da Associação Nossa Senhora de Loreto por meio de métodos e técnicas participativas e utilização dos materiais levantados previamente no EQUINOX;
- Pesquisa, análise e criação de propostas de acordo com as limitações de recursos da área;
- Submissão das propostas à comunidade, permitindo intervenções, sugestões e mudanças;
- Mutirões de ação para execução de melhorias imediatas necessárias, caminhando em paralelo ao andamento do projeto;
- Auto avaliação dos membros do EMAU após os encontros com a comunidade como meio de minimizar as falhas e aperfeiçoar os pontos fortes;

Essas fases não possuíram uma linearidade cronológica, podendo ser retomadas as etapas diversas vezes de acordo com a necessidade do momento.

Não estão inclusas as etapas de entrega e implementação do projeto final pois a duração da pesquisa não acompanhou o processo final do mesmo.

Os atores envolvidos no processo participativo são:

- Membros do EMAU SOLAR;
- Membros da Associação Nossa Senhora de Loreto;
- Alunos do reforço escolar;
- Participantes das oficinas ministradas no Loreto;
- Membros da comunidade do entorno e os pais dos alunos;
- Professores orientadores;
- Outros técnicos/professores/sociedade em geral que queiram contribuir com conhecimento e/ou mão de obra.

Todas as reuniões com a comunidade aconteceram no próprio sítio do Loreto, visando uma melhor integração do Escritório com a comunidade, estreitando os laços para que se consiga atender corretamente os anseios da comunidade. Os recursos utilizados nas reuniões com a comunidade para apresentação das propostas foram disponibilizados pelo EMAU Solar e os recursos utilizados nos mutirões foram arrecadados em conjunto pelo EMAU Solar e Loreto, por meio de patrocínio, doações e coleta de materiais descartados.

3.4 Etapas anteriores ao projeto

O primeiro encontro dos membros do EMAU Solar com os integrantes do Loreto, pós EQUINOX ocorreu no dia 30 de janeiro de 2016 e foi organizado previamente com o objetivo de apresentar as duas propostas que foram trabalhadas pelos grupos favo de mel e trançado no EQUINOX, visando identificar as soluções e propostas que mais contemplavam a comunidade.

As atividades dessa reunião foram divididas em três momentos. O primeiro consistiu em uma “dinâmica de reconhecimento”, descrita por Collete (2010) no método da Moderação, que tem por objetivo que as pessoas possam se conhecer e deixar o ambiente em um clima mais descontraído. Ela aconteceu da seguinte forma: pedimos que todos formassem um círculo e que cada pessoa de posse de uma bola, se apresentasse e dissesse o que esperava para o projeto do Loreto. A figura abaixo apresenta essa primeira etapa.



Figura 29 - Dinâmica de reconhecimento. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

Depois que todos haviam falado, escrevemos nossos nomes em uma etiqueta adesiva para que fôssemos identificados mais facilmente. Essa primeira etapa é importante, pois deixa as pessoas mais relaxadas e permite que todos se expressem.

O segundo momento, foi o de apresentação das propostas dos grupos do EQUINOX. Primeiro apresentamos todas as propostas trabalhadas pelo grupo favo de mel e em seguida do grupo trançado.



Figura 30 - Apresentação das propostas. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

Após cada apresentação, abrimos espaço para que as pessoas pudessem comentar a respeito das propostas, sugerir ideias ou simplesmente demonstrar seu posicionamento. Poucas pessoas falaram nesse momento e ouvimos as indicações feitas por Jucilene:

Nossa dificuldade principal é onde locar cada coisa [...] em um espaço grande, a gente precisa localizar em local correto e a gente não tem esse olhar [...] a gente precisa de quem apurou esse olhar (transcrição de vídeo).

Várias mulheres comentam sobre as técnicas construtivas e os materiais que poderiam ser utilizados na execução das propostas, como pallets, restos de cerâmica e madeira, pneus e outros materiais recicláveis.



Figura 31 - Sugestões e comentários da comunidade. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

No terceiro momento, entregamos as propostas impressas e pedimos que a comunidade escolhesse as que mais se identificavam e que se sentissem livres para sugerir mais ideias. Percebemos a preocupação em discutir entre eles o que poderia ser melhor para o local, quais eram as vantagens e desvantagens, além do cuidado de perguntar algo quando estavam em dúvida.



Figura 32 - Escolha das propostas. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

Enquanto as pessoas discutiam, montamos na parede um painel de papel, escrevemos como título “Como eu quero o Loreto?” e as pessoas foram convidadas a colar as imagens das propostas escolhidas, a desenhar novas ideias, a escrever soluções, ou seja, ficarem livres para propor e adicionar ao painel. Foram disponibilizados para isso fichas coloridas, *post-its*, canetas coloridas e as propostas que haviam sido impressas previamente. Este método é chamado de Metaplan descrito por Collete (2010). Nesse momento, notoriamente as pessoas se sentiram mais relaxadas para participar. Praticamente todos contribuíram de alguma forma para montar o painel. As crianças se sentiram à vontade para desenhar também.



Figura 33 - Construção do painel. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

Com o fim da montagem do painel, discutimos algumas das propostas e ouvimos a senhora Maria falar:

A prioridade das prioridades é as crianças né? Não poderia logo ver a situação das crianças nessa área aqui? Deixar esse local aqui que elas estudam, que elas fazem as aulas de reforço melhor pra elas? As mesas podia pintar, ver outras mesas melhores [...] outras cadeiras mais coloridas ou a gente mesmo pintar [...] colocar prateleiras (transcrição de vídeo).



Figura 34 - Resultado do painel. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

Após esse momento, a maioria das pessoas seguiu para suas casas. Os membros do Solar foram convidados a almoçar no local. Durante o almoço, em um momento de descontração, novas discussões começaram a surgir, consideramos a fala da Maria do Rosário sobre a urgência em se priorizar um espaço organizado para o reforço escolar das crianças, já que todas as atividades estavam concentradas na casa amarela e estávamos no início do período chuvoso, dificultando muitas atividades que aconteciam ao ar livre no terreno. Jucilene então nos informou que eles iriam receber participantes de um retiro na época do carnaval e que como não havia espaço para acomodá-los em outro lugar, a ideia era utilizar uma edificação que estava sendo utilizada apenas como depósito, o qual era utilizado anteriormente para as oficinas de marcenaria e restavam mobiliários dessa época, porém em péssimas condições.

Surgiu então a ideia de aproveitar que o local iria ser limpo e realizar um mutirão de intervenção para transformar o local em um espaço para práticas artísticas e educacionais, tais como pintura e artesanato. As intervenções seriam de pintura, criação e recuperação de mobiliário, organização de layout e intervenções lúdicas, tudo isso por meio da colaboração voluntária e da utilização de materiais descartados. Aproveitamos e fizemos o levantamento do espaço e o nomeamos como atelier do balaio. Combinamos que todos iriam atrás dos materiais, por meio de patrocínio ou doação e marcamos o mutirão para o dia 27 de fevereiro de 2016.

O evento foi planejado em conjunto - Solar e comunidade do Loreto - e compartilhado em redes sociais com o intuito de atrair o maior número de pessoas que pudessem colaborar (Figura 35). Nos dias que antecederam o evento, coletamos pallets em feiras e conseguimos patrocínio de ferramentas e materiais em algumas lojas do bairro Cohatrac em São Luís.



Figura 35 - Divulgação do mutirão. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

No dia acordado, a primeira etapa foi a organização de uma dinâmica de reconhecimento para apresentação das pessoas que estavam presentes, com nome, ocupação e o que esperavam do mutirão, o que achavam que poderia ser realizado naquele dia. Para facilitar, quando cada pessoa se apresentava, escrevíamos seus nomes em fichas adesivas e colocávamos nas suas roupas. Cada pessoa ia manifestando o que achava que poderia ser realizado, como pintura no local, conserto do telhado, restauro das mesas e etc. Cada item foi anotado e partimos então para a divisão de grupos de trabalho com objetivo de acelerar o processo e trabalhar de forma colaborativa. Cada pessoa escolheu a atividade que gostaria de realizar e o grupo foi dividido dessa forma: 1 – restauro das mesas; 2 – confecção de sofás; 3 – reforma do armário; 4 – prateleiras; 5 – luminárias; 6 – conserto do telhado e 7 – pintura.



Figura 36 - Organização do mutirão. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

Para os mobiliários, nada foi comprado, todas as peças foram restauradas. Foi feito o restauro de duas mesas que haviam sido dadas por perdidas. Elas foram emassadas, lixadas, reforçadas com pregos e envernizadas. Foram feitos sofás reaproveitando pallets. Para as prateleiras, usamos caixotes de feira, consertamos alguns, reforçamos com pregos, lixamos e envernizamos ou pintamos. As luminárias eram feitas enchendo balões e colando barbante em volta para que depois que secassem funcionassem como uma espécie de cabaça (o que não deu certo no final). O telhado foi consertado e as paredes receberam pinturas lúdicas, algumas feitas pelas próprias crianças.



Figura 37 - Mutirão. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

O mutirão durou o dia todo, com todos ajudando e trabalhando da melhor forma possível. O almoço funcionou como cozinha compartilhada, onde várias pessoas ajudaram e levaram alguns itens para compor o cardápio. Durante as atividades, apesar do trabalho pesado, o clima era agradável, com música, as crianças se divertiam, dançavam e também ajudavam no que podiam.



Figura 38 - Almoço feito em cozinha compartilhada. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

Tudo se encerrou por volta das 21 horas, já com poucas pessoas no local. Tivemos o cuidado de limpar e deixar o espaço o mais finalizado possível. Ficaram faltando posicionar algumas prateleiras que por falta de buchas, não foram pregadas nas paredes.

Três semanas após o mutirão, Jucilene mandou fotos para o EMAU Solar, mostrando como as crianças estavam utilizando o espaço, comprovando que o trabalho havia sido bem realizado e o melhor, atendia às necessidades da comunidade. Algo muito importante a se observar, é como a comunidade logo se apropriou do novo espaço, colocando as prateleiras nos locais, guardando materiais, criando um caminho de acesso à edificação e principalmente usufruindo para as aulas de reforço para as crianças.



Figura 39 - Ocupação e uso do atelier pós mutirão. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

3.5 O projeto participativo

Após o mutirão, o EMAU Solar passou a trabalhar no projeto para o Loreto formando um grupo de trabalho (GT) dentro do escritório, em reuniões que aconteciam aos sábados, alternando a casa de algum membro.

Encontramos bastante dificuldade em nos desprender dos métodos convencionais de projetos que normalmente são vivenciados na universidade e vida profissional, em que poderíamos fechar uma proposta, apresentar para o cliente e de acordo com as ressalvas mudar alguma coisa. Precisávamos incluir sempre a participação da comunidade durante o processo, logo em muitas ocasiões, decisões importantes acabavam postergando o desenvolvimento do projeto. Durante o processo, recebemos orientação tanto da professora Marluce Wall quanto da professora Jussara Nogueira.



Figura 40 - Reuniões GT Loreto. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

No primeiro momento, resgatamos todo o programa de necessidades do Loreto levantado pelos grupos do EQUINOX, adicionamos as escolhas das propostas, as novas sugestões que surgiram na produção do painel, primeira oficina de participação, e todos os depoimentos da comunidade. Assim, criamos o II programa de necessidades (Tabela 3).

II Programa de Necessidades	
Casa Amarela	salas de reforço
	sala de leitura
	administração
Biblioteca	sala multimídia/informática
Atelier do balaio	
Alojamento	Quartos
	Redário
	banheiro coletivo
	cozinha coletiva
Habitação	
Áreas de lazer	praça cultural
	praça de vivência
	parque de pneus
	campo de futebol
	Piscina
	Arvorismo
Produção	Horta
	Viveiro
	Galinheiro
	Padaria
	Hortifrúti
	Lojas

Tabela 2 - II Programa de necessidades do Loreto. Os itens em cinza são os que tiveram mudanças. Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Com o novo programa de necessidades, optamos por agrupar os diversos itens considerando sua funcionalidade. Os grupos foram: Educação, Habitação, Espiritualidade, Alojamento, Lazer, Integração/Sociabilidade e Produção (Tabela 4).



Tabela 3 - Setorização dos itens. Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Considerando a situação atual do sítio e o desenvolvimento do projeto, passamos a trabalhar com três níveis de intervenção – os espaços existentes com mudança ou não de uso, os espaços com reformas e as novas propostas de edificações. Foi então que começamos a trabalhar na planta de implantação. Para locar cada edificação, pensamos na ventilação, insolação, predominância de árvores de grande porte, edificações existentes e fluxos. Na casa amarela continuaria funcionando as salas de reforço, a sala de multimídia e informática e propomos a inclusão de uma sala de leitura e caso as salas não fossem suficientes, previmos uma reforma de ampliação. Relocamos a habitação da família para outro lugar e a construção existente seria utilizada para o estabelecimento da biblioteca.

O alojamento foi pensado em um bloco com 3 (três) módulos – um módulo de quartos e redário, um módulo de banheiros (que serviria para uso de pessoas externas tanto para o alojamento quanto para o público dos eventos que poderiam ser realizados dentro do sítio) e um módulo de cozinha coletiva (para uso do alojamento e para possíveis cursos de culinária). Para as áreas de lazer, uma praça cultural aberta para receber apresentações, próxima ao bloco dos banheiros, já evitando construção de mais banheiros, visto que esta é uma construção de custo alto, e interligada ao coreto existente. A horta continuaria no mesmo local e o viveiro e o galinheiro seria locado próximo dela e da construção da padaria para que as hortaliças cultivadas pudessem ser vendidas na loja. Pensamos também, com o objetivo de gerar renda, a construção de lojas em um recuo do acesso ao terreno. Estas lojas poderiam ser alugadas ou

cedidas aos trabalhos da economia solidária. Os coretos menores seriam realocados próximos ao alojamento e a base deles seria utilizada para colocar bicas (sugestão da comunidade que surgiu no painel).

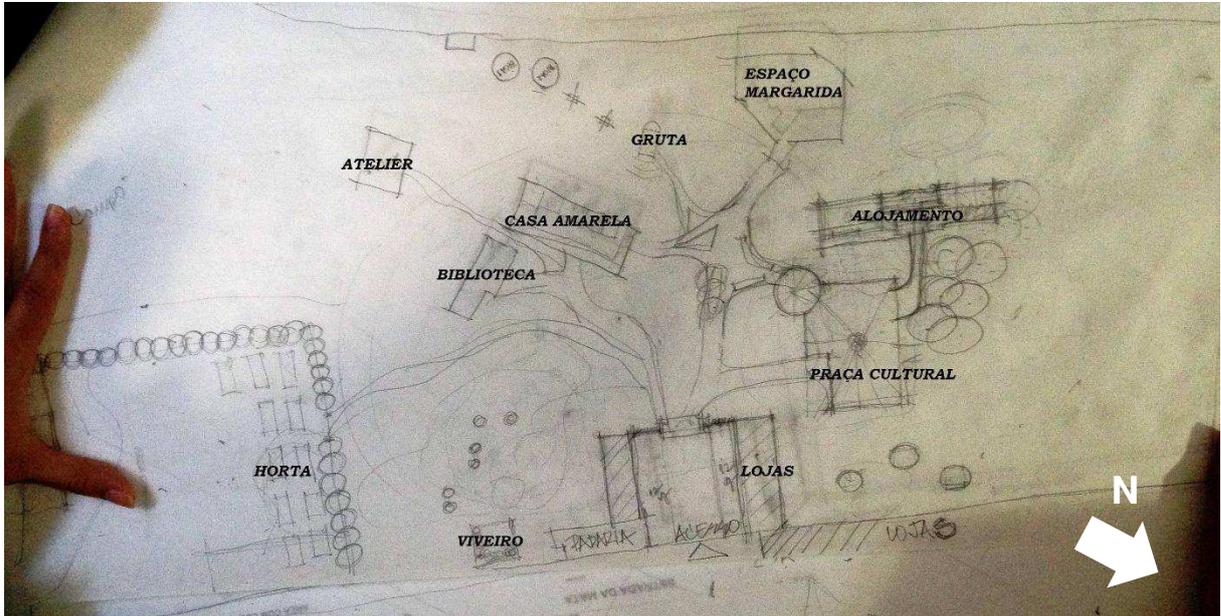


Figura 41 - Desenvolvimento do projeto. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

Durante a construção da planta percebemos que ainda precisávamos de algumas informações e que era necessário incluir novamente os membros do Loreto no desenvolvimento. Era necessário levantarmos os fluxos que as pessoas faziam quando entravam na Associação, como se dava a relação da escola municipal e das crianças do reforço escolar; os horários das aulas; quantidade de alunos; se o almoço era feito no local; qual era o tipo de piscina que eles imaginavam (recreativa ou esportiva); qual era a capacidade de pessoas que o alojamento deveria receber; se havia a possibilidade de se oferecer cursos de culinária no local e finalmente, se os locais que estávamos pensando em locar as edificações condiziam com esses comportamentos.

Marcamos então uma nova reunião no Loreto que ocorreu no dia 27 de maio, porém devido ao feriado, apareceram poucas pessoas, basicamente as que estão diretamente na coordenação do local. Primeiramente, explicamos o que esperávamos daquela reunião, que era definir principalmente os fluxos de cada grupo dentro do sítio. Mostramos uma planta baixa e pedimos que eles marcassem com diferentes cores de giz de cera, os caminhos percorridos por cada grupo que frequenta o Loreto (membros da coordenação, alunos do reforço, alunos do espaço margarida, trabalhadores da padaria, horta e "caseiros").

Em seguida, mostramos na planta as propostas que tínhamos pensado para localização das novas edificações. Todas as propostas foram bem recebidas, porém devido a quantidade

pequena de pessoas não se tornou possível resolver muitas questões. Nesse mesmo dia, depois do almoço e agora com a presença da Jucilene, novamente conversamos mais informalmente e ficamos sabendo da demanda do depósito, de um local de refeitório para as crianças, da mudança de uso da casa amarela e da construção eminente do viveiro, que por não terem o projeto em mãos iriam locar em um espaço inadequado aos fluxos existentes no terreno, e do desejo de receber mais crianças do que as atuais turmas de reforço. Ela nos falou também da necessidade de maior visibilidade para a fachada do Loreto, pois muitas pessoas passavam no local e este passava despercebido até no próprio bairro. Perguntamos também todas as nossas dúvidas que apareceram durante o desenvolvimento da planta de implantação.

Um ponto importante foi que ao falar da proposta de mudança na habitação percebemos que a moradora (Vanessa) não recebeu de bom grado e achamos que este era um assunto delicado, que deveríamos evitar tocar no assunto sem que maiores esclarecimentos pudessem ser feitos.



Figura 42 - Reunião sobre fluxos e localização de equipamentos. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

Nesse dia, Jucilene nos mostrou as rachaduras que estavam aparecendo no banheiro da casa amarela, os problemas no telhado da edificação e que em vários pontos estão aparecendo raízes de plantas, entupindo pias e gerando problemas na estrutura da construção.

Com esta visita, percebemos que enquanto fazíamos o projeto, a Associação por muitas vezes precisava resolver questões urgentes no espaço e que naturalmente as demandas iam se transformando, inclusive o programa de necessidades. Devido às dificuldades em desenvolver o projeto e a relação de tempo acadêmico, o período de tempo que normalmente seria gasto para o estudo preliminar foi aumentado. Precisávamos agir com 3 ações: verificar a condição das estruturas das edificações, se elas significavam algum risco de desabamento; identificar quais árvores estavam mortas e poderiam ser cortadas, visto que houve um episódio de desabamento de árvore que quase atingiu a casa amarela, para que as novas edificações fossem construídas; e a necessidade de apresentar um seminário de técnicas construtivas sustentáveis que pudessem ser utilizadas nas novas edificações.

Essas ações eram significativas para o projeto pois a condição da estrutura iria revelar o que poderia ser mantido e o que deveria ser demolido, as árvores que deveriam ser identificadas iriam mudar a localização de alguma proposta e o seminário das técnicas era uma maneira de apresentar a ideia de usar soluções construtivas alternativas sustentáveis, que tinham custo inferior comparadas às tradicionais e saber a opinião da comunidade a respeito do uso dessas técnicas.

Após essa visita, fizemos modificações no programa de necessidades, incluindo um depósito, que antes funcionava no atelier do balaio, porém com sua reforma, eles agora não tinham onde guardar os materiais. Dentre estes materiais, estavam mobiliários e itens que poderiam ser reaproveitados no futuro. Houve também uma mudança em relação a casa amarela. A ideia era diminuir a centralidade de atividades acontecendo apenas em uma edificação. Esta não seria mais local das aulas de reforço, ela continuaria como o coração do Loreto, porém seria mais um local de descanso, de receber as pessoas, de acomodação para trabalhadores temporários e local administrativo. Como o atelier do balaio agora funcionava com aulas de reforço e a casa amarela iria perder este uso, propomos a inclusão de um anexo educacional ao atelier, com mais salas de reforço e banheiros. Houve também a inclusão de refeitório para as crianças.

III Programa de Necessidades	
Casa Amarela	administração/arquivo
	área de descanso
	Habitação
Complexo educacional	salas de reforço
	Atelier
	sala multimídia/informática
	Refeitório
	Banheiro
	Biblioteca
	sala de leitura
Alojamento	Quartos
	Redário
	banheiro coletivo
	cozinha coletiva
Habitação	
Áreas de lazer	praça cultural
	praça de vivência
	parque de pneus
	campo de futebol

Produção	Piscina
	arvorismo/casa na árvore
	Horta
	Viveiro
	Galinheiro
	Padaria
	Hortifrúti
Lojas	
Depósito	

Tabela 4 - III programa de necessidades. Fonte: elaborado pela autora, 2016.

A partir disso, o grupo voltou a se reunir diversas vezes, fazendo as mudanças necessárias no projeto e elaboramos nova planta de implantação. Agora, o anexo de reforço escolar foi locado ao lado do atelier do balaió. Nas laterais do atelier, que hoje funcionam como depósito de materiais, faríamos o refeitório para as crianças. A casa que hoje é habitada por uma família que mora no local seria utilizada para funcionar a biblioteca, sala de leitura, sala de multimídia e sala de informática devido a sua centralidade e localização próxima ao setor educativo.



Figura 43 - Planta de implantação correspondente ao III programa de necessidades. Fonte: da autora, 2016.

Ao lado da casa amarela, local que encontra-se cimentado, a proposta era de fazer uma praça de vivência e permanência. Ao lado da praça, seria o local do parque de pneus, espaço bastante visitado pelas crianças e com localização próxima de adultos para monitoramento, mas ao mesmo tempo em espaços de acordo com cada idade.

Aproveitando o coreto existente, que encontra-se sem uso e de tamanho considerável (96 m²), propomos utilizá-lo como um espaço de encontro para sextas culturais de cada mês, esse espaço receberia um acréscimo de cobertura em lona para abrigar um maior número de pessoas. A gruta seria restaurada e de ocupação efêmera.

O alojamento, que deve abrigar de 40 a 50 pessoas, funcionaria com poucos quartos e com um espaço comum de redário para descanso e permanência das pessoas. Junto à construção do alojamento, a proposta é que se faça um bloco de banheiros feminino e masculino que atenda a todos os visitantes do Loreto, principalmente os frequentadores do alojamento e das sextas culturais. Nessa mesma edificação, propomos a construção de uma cozinha grande e aberta, tanto para utilização de retirantes, quanto para possíveis aulas culinárias e grandes eventos, pois a única cozinha do sítio encontra-se na casa amarela e não comporta a demanda.

Próximo ao alojamento, locamos a piscina, para que pudesse ser utilizada como lazer e também para aulas de natação. A habitação ficou próxima do alojamento, por se associar com o contexto e também para seu monitoramento, mas separadas pela piscina, diminuindo os ruídos que podem acontecer quando o alojamento estiver sendo utilizado.

Como a última reunião havia sido realizada apenas com poucos integrantes da comunidade, marcamos uma nova reunião no dia 18 de junho de 2016, no próprio sítio do Loreto, aproveitando que neste dia aconteceriam atividades de comemoração do dia das Mães atrasado. Primeiramente, houve novamente uma rápida apresentação de quem estava presente e em seguida desenhamos a planta baixa no chão de terra com objetivo que todos pudessem entender a localização de cada proposta e discutimos com eles nossas ideias. Esse método aproximou mais o projeto do entendimento das crianças, fazendo com que elas também participassem. Podíamos observar que os membros da coordenação já mostravam bastante propriedade em explicar a localização das propostas, integrando juntamente com o EMAU a posição de apresentar para todos. Durante toda a apresentação e no fim desta, qualquer sugestão ou depoimento era bem vindo e estimulado. Algumas observações foram catalogadas nesse dia, como o uso dos coretos menores como salas de aula e as outras que apareceram, já haviam sido discutidas internamente entre o grupo do EMAU e chegávamos a uma decisão em comum.



Figura 44 - Apresentação da planta de implantação. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

Após falar da planta baixa, mostramos algumas imagens referênciais impressas de técnicas construtivas alternativas sustentáveis e que pensávamos que poderíamos utilizar delas para a construção dos novos edifícios.

Com a localização das propostas conversadas e das sugestões dadas pela comunidade, partimos para trabalhar no projeto, especificando cada ideia, com croquis, e desenhos técnicos.

Como a prioridade são as aulas de reforço para as crianças, considerando as demandas conhecidas e os depoimentos, iniciamos o detalhamento para o anexo educacional. As salas foram dimensionadas para comportar 30 (trinta) alunos cada, visto que a quantidade que eles recebem atualmente por turno varia entre 21 (vinte um) a 27 (vinte sete) alunos. Incluímos banheiros, já que a demanda de pessoas que o Loreto recebe, os banheiros existentes não comportam, sala de informática que também funcionaria como multimídia para passar filmes e a biblioteca. Elas foram dispostas de acordo com a planta baixa abaixo.

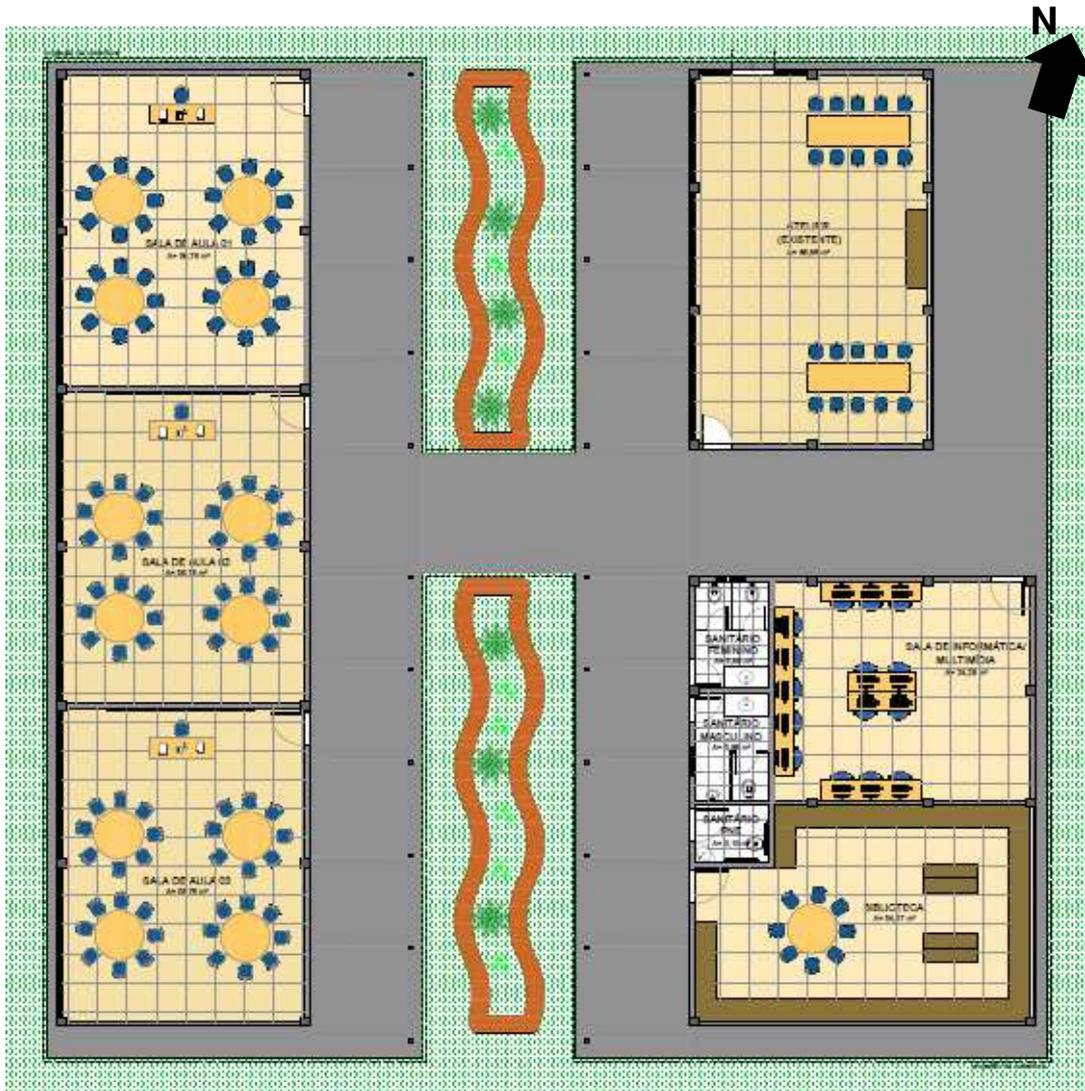


Figura 45 - Estudo do anexo educacional. Fonte: Acervo pessoal do EMAU, 2016.

Como o anexo iria ser construído em acréscimo ao atelier existente, pensamos em manter as características da edificação existente na nova edificação, como os espaços com grandes vãos de ventilação e varanda larga. Com isso, entre as edificações, ficaram as varandas e para que estas não se transformassem em corredores fechados e também para facilitar o caimento das águas pluviais que se direcionavam a este meio, optamos por distanciá-las e propor um canteiro central com plantas. Esse canteiro também funcionaria como banco para as pessoas sentarem. A figura 46 apresenta um corte esquemático e fachada mostrando na esquerda o atelier existente e na direita a nova edificação.

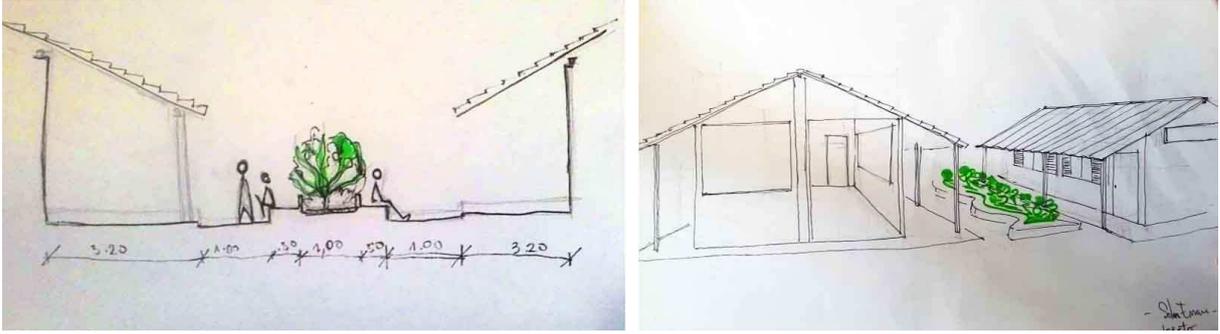


Figura 46 - Croquis do anexo educacional. Fonte: acervo pessoal do EMAU, 2016.

Paralelamente ao projeto e reuniões, as ações que dependiam da busca de terceiros continuavam – entramos em contato com uma professora do curso de agronomia da UEMA para identificar as árvores mortas no sítio e começamos a planejar o seminário de técnicas construtivas. Este tinha por objetivo apresentar algumas técnicas construtivas com terra, como a taipa de mão, o adobe e o cob, com um novo olhar, já que muitas vezes são vistas com olhar preconceituoso, porém possuem inúmeros benefícios, como manter um ambiente de clima agradável, além da construção ser feita pela própria comunidade – crianças, jovens, adultos e idosos – criando pertencimento. Marcamos o seminário para o dia 09 de julho, que foi divulgado pelas redes sociais, e decidimos aproveitar este dia para apresentar a todos a proposta do anexo educacional.



Figura 47 - Divulgação do seminário. Fonte: acervo pessoal do EMAU, 2016.

No dia acordado, começamos as atividades nos apresentando, como de costume, e pedindo que todos os participantes se apresentassem também para que todos pudessem se reconhecer. Explicamos o que havíamos planejado para a tarde e assim demos início ao

seminário. Convidamos a aluna Caroline Ribeiro que há pouco tempo tinha apresentado seu trabalho final de graduação sobre construções com terra para falar sobre o assunto. Durante e após o fim da fala da Caroline, os comentários que surgiram em sua maioria foram favoráveis ao uso do tipo de construção. Os que não foram, surgiram como críticas construtivas – sobre a dificuldade em se envolver os jovens e adultos da comunidade.



Figura 48 - Seminário de técnicas construtivas alternativas. Fonte: acervo pessoal do EMAU, 2016.

Com todas as dúvidas sanadas e depoimentos registrados partimos para a segunda etapa das atividades, a apresentação da proposta do anexo educacional. Pedimos que todos nos acompanhassem para a edificação do atelier do balaio. No local, demarcamos previamente, com estacas e barbante, as principais dimensões que a nova edificação iria ter e pedimos para as crianças ajudarem a delimitar as que faltavam. Elas fizeram questão de ajudar, animadas com a dinâmica. O objetivo era de demonstrar a dimensão real dos espaços. A resposta favorável era perceptível, todos se mostraram bastante animados e dispostos a construir juntos aquele novo espaço.



Figura 49 - Apresentação da proposta para o anexo educacional. Fonte: acervo pessoal do EMAU, 2016.

Após esta dinâmica pedimos para que todos entrassem novamente para apresentarmos a planta baixa do anexo, com o cuidado de explicar detalhadamente e associar ao que foi dito na dinâmica.

Com o fim da apresentação, pedimos sugestões a respeito do projeto e Jucilene comentou sobre se fazer primeiramente uma parte e não o anexo todo de uma única vez. Sugerimos então uma mudança na planta, ao invés de três salas de aula de um lado, colocaríamos duas salas, os banheiros e a sala de informática/multimídia. Também ficamos de levantar todos os materiais necessários para a obra do anexo e buscar ajuda para fazer um orçamento de obra. O objetivo era de comparar um orçamento de alvenaria de tijolo cerâmico e outro utilizando adobe, taipa de mão e outras técnicas alternativas para saber a viabilidade de cada um.

Este trabalho acompanhou até esta reunião mas o desenvolvimento do projeto não se finda aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do arquiteto e urbanista está constantemente associada à população de alta renda, prestando serviços que atingem apenas 8% da população (UIA apud CAU/BR, 2012) enquanto isso, a grande parcela da população carece de ideias, projetos e soluções para os mínimos espaços que lhes cabe dentro do sistema capitalista. Essas áreas acabam não beneficiadas com o potencial transformador que a arquitetura pode exercer.

Na formação dos futuros profissionais a história se repete, é comum o programa de necessidades partir de um terreno plano, muitas vezes trabalhado em um recorte da realidade sem considerar seu entorno, localizado em bairros nobres, voltado a famílias de classe média e alta, ou seja, o ensino também se concentra para as classes dominantes. Enquanto a realidade brasileira dos excluídos tem o desafio de construir em pouco espaço, com custo baixo, utilizando alternativas sustentáveis e principalmente contemplando a necessidade dos usuários e o contexto em que estão inseridos.

Apesar das primeiras discussões sobre participação datarem mais de 50 anos, o termo vem sendo utilizado atrelado à teoria, com dificuldade de levar o trabalho do arquiteto nas comunidades. A arquitetura reproduz as demandas do mercado e das políticas voltadas a atender à grandes quantidades, projetando habitações que não correspondem às necessidades da população e espaços ociosos e não acessíveis. Isto pode ser facilmente verificado quando após 1 (um) ano de loteamento implantado, um número considerável de unidades sofreram intervenção. Afinal, para quem se está projetando? Onde está a fala do usuário?

Para Sanoff (2006), a história mostra que as melhores decisões públicas acontecem quando a sociedade está envolvida nos processos de decisões sobre os aspectos de seu próprio ambiente, tendo papel decisivo na criação. São nesses processos que surgem a necessidade do uso de metodologias participativas buscando processos justos, abertos e democráticos. E o papel do arquiteto e urbanista é facilitar a capacidade da comunidade em chegar nessas decisões.

Com intuito de facilitar e diminuir as barreiras entre os sujeitos sociais envolvidos no processo de participação no desenvolvimento do projeto existem métodos e instrumentos que podem ser utilizados como a moderação, a oficina do futuro, o método *ZOPP* entre outros. Porém o uso dos métodos não garante a qualidade dos resultados. Eles podem conduzir os processos, mas o principal elemento da participação é o diálogo.

Considerando isso, esta pesquisa acompanhou o trabalho utilizando metodologias participativas pelo Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo – EMAU Solar formado por alunos da UEMA no desenvolvimento de projeto arquitetônico e paisagístico para a Associação Nossa Senhora de Loreto, que trabalha principalmente com crianças, adolescentes e jovens, gerida pelos princípios da economia solidária e localizada na Vila Flamengo em São Luís. Este trabalho iniciou-se no 6º Atelier de Criação Urbana EQUINOX em 2015 e está em andamento, parte dele subsidiado pelo projeto de extensão da FAPEMA e por alunos voluntários, sem caráter assistencialista.

No desenvolvimento do trabalho, houveram reuniões, encontros, apresentações e mutirão entre os membros do EMAU e os integrantes do Loreto. Nessas atividades, nós do EMAU, estabelecíamos atenção redobrada para não impor ideias, não ignorar ou reprimir opiniões, exercitando a escuta com a firme proposta de buscar materializar projetualmente aquilo que era recebido como desejo. Como a comunidade sempre mostrou bastante organização, interesse em apresentar todos os problemas enfrentados por eles e suas perspectivas de transformação, o nível de participação considerado por Arnstein (2002) englobam a parceria e a delegação de poder e na escala de Bordenave (1983), a Associação chega ao nível de co-gestão.

Em alguns momentos, encontramos dificuldades no desafio de incluir a comunidade em todas as etapas de projeto e utilizamos alguns métodos citados neste trabalho como as etapas de integração em dinâmicas de reconhecimento, perguntas simples e claras que despertem interesse, estímulo do diálogo em reuniões descontraídas, visualização de propostas com fichas, envolvimento de técnicos de outras áreas, escolha de melhores alternativas e o esforço coletivo entre todos na realização do mutirão. O saber ouvir e o diálogo foram indispensáveis.

No caso do projeto em desenvolvimento pelo EMAU, é necessário ressaltar a dinâmica diferente da relação de tempo na graduação com a atividade profissional real, que resulta em um processo temporal bem mais demorado de trabalho.

Apesar do projeto estar em andamento, foi possível verificar que a arquitetura deve ser construída em um processo dialético, considerando o contexto, a situação econômica e que a metodologia de projeto participativo não é fechada, imutável e, sim, passível de transformação e adaptação de acordo com cada caso. Mesmo com as dificuldades de se desprender dos métodos convencionais repetidamente praticados na universidade, a troca de experiências, troca de conhecimentos e ao mesmo tempo, a proximidade com a comunidade, resulta em uma

experiência bastante enriquecedora, tanto pessoal quanto profissional, e atuante em minimizar barreiras sociais e econômicas.

Muitas vezes os métodos de participação previamente planejados podem acabar limitando as respostas da comunidade e a prática nos mostra que construir uma relação de confiança no estabelecimento de um diálogo aberto, em que todos tem liberdade em falar e ouvir podem facilitar as tomadas de decisões.

Ao considerar esses aspectos podemos compreender a importância da participação dos usuários em projetos arquitetônicos e de urbanismo, construindo pertencimento e permitindo a autogestão da comunidade.

Estudos futuros para continuação deste trabalho podem abordar a continuidade do projeto, a entrega final, as futuras ações que deverão ser aplicadas de imediato, com o uso de mutirões e a possível execução do projeto.

Finalmente, podemos concluir que os resultados encontrados neste estudo são considerados satisfatórios pois foi possível a inserção da metodologia de participação no desenvolvimento do projeto para o Loreto, acompanhando e analisando o progresso do trabalho numa troca de experiência de vida e no exercício da função social da profissão de arquiteto e urbanista.

REFERÊNCIAS

- ARAVENA, Alejandro. “**Minha filosofia arquitetural? Inclua a comunidade no processo**”. TED Global. 2014. Disponível em <https://www.ted.com/talks/alejandro_aravena_my_architectural_philosophy_bring_the_community_into_the_process?language=pt-br>. Acesso em 21 de maio de 2016.
- BERNARDO, Kaluan. “**Prêmio reacende o debate sobre papel social da arquitetura**”. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/01/13/Pr%C3%AAmio-reacende-o-debate-sobre-papel-social-da-arquitetura>>. Acesso em 01 de abril de 2016.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação?**. Editora Brasiliense, 1983.
- BROSE, Markus (org.). **Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos**. Tomo Editorial, porto Alegre, 2010.
- BROSE, Markus. O Método ZOPP para Planejamento e Gestão de Projetos. In: BROSE, Markus (org.). **Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos**. Tomo Editorial, porto Alegre, 2010.
- CARRION, Javier G. **Metaplan**. Disponível em <<https://experienciasdeunpsicologonovel.wordpress.com/2015/02/15/metaplan/>>. Acesso em 17 de maio de 2016.
- CORDIOLI. Enfoque Participativo no Trabalho em Grupos. In: BROSE, Markus (org.). **Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos**. Tomo Editorial, porto Alegre, 2010.
- COLETTE. Maria M. Moderação. In: BROSE, Markus (org.). **Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos**. Tomo Editorial, porto Alegre, 2010.
- Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. “**Lei de Assistência Técnica ainda não é realidade no Brasil**”. 2012. Disponível em <<http://www.caubr.gov.br/?p=4355>>. Acesso em 26 de maio de 2016.
- CULT. **Pequeno glossário da teoria de Bourdieu**. Disponível em <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/pequeno-glossario-da-teoria-de-bourdieu/>>. Acesso em 05 de junho de 2016.
- DE CARLO, Giancarlo. Architecture’s public. In: JONES, Peter, TILL, Jeremy. PETRESCU, Doina. **Architecture and participation**. Ebook. London: Routledge, 2005.
- ELEMENTAL. **Documentário del proyecto Quinta Monroy en Iquique, Chile**. Disponível em <<http://www.elementalchile.cl/en/projects/quinta-monroy/>>. Acesso em 05 de junho de 2016.
- EL PLAN Z ARQUITECTURA. Disponível em <<http://elplanz-arquitectura.blogspot.com.br/2012/03/quinta-monroy-elemental-chile-libros.html>>. acesso em 4 de junho de 2016.

FAVELA PAINTING. Disponível em <<http://www.favelapainting.com/page/favelapainting>>. Acesso em 04 de junho de 2016.

FRANÇA, Elisabete. et al. **Série Novos Bairros de São Paulo: Vila Nilo**. São Paulo, 2011.

GILMORE, T.; KRANTZ, J.; RAMIREZ, R. **Action Based Modes of Inquiry and the Host-Researcher Relationship**. 1986. p.161.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole na Periferia do Capitalismo. 1995. In: GONCALVES, Maria Flora (org.). **O novo Brasil urbano**. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1995, p. 261-289.

GONSALES, Celia. **CIAM, Team X e espaço urbano nos conjuntos habitacionais brasileiros: O Conjunto Terras Altas em Pelotas**. Arquitetura Revista. V. 7, N. 2

GRUPO MILETO. Disponível em <http://grupomileto.com/Grupo_Mileto/Inicio.html>. Acesso em 01 de julho de 2016.

SILVA, Gustavo. Gestão Pública e Transformação Social no Brasil. In: HERMANN, Klaus. **Participação Cidadã: Novos Conceitos e Metodologias**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.

IBGE. **Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais**. 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em 05 de junho de 2016.

JONES, Peter, PETRESCU, Doina; TILL, Jeremy. **Architecture and participation**. Ebook. London: Routledge, 2005. P 1-12.

KAPP, Silke et al. **Arquitetos nas favelas: Três críticas e uma proposta de atuação**. IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia “Inovação e Responsabilidade”. Florianópolis, 2012.

KESKEYS, Paul. **“Patrik vs. Pritzker: Schumacher Reignites the Debate Over Political Correctness in Architecture”**. 2016. Disponível em <<http://architizer.com/blog/patrik-vs-pritzker/>>. Acesso em 02 de abril de 2016.

KOPP, Anatole. Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa. Editora Nobel. São Paulo, 1990.

MALATESTA, Sergio A. Estudio y presentación de caso, proyecto elemental, Quinta Morroy, Iquique, Chile. Barcelona, 2006.

MARAGNO, Gogliardo V. **Quase 300 cursos de Arquitetura e Urbanismo no país: como tratar a qualidade com tanta quantidade? Algumas questões sobre qualificação e ensino no Brasil**. 2012. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.161/4930>>. Acesso em 07 de março de 2016.

MOURA, Marcelo. “**Puxadinhos**” **rendem o Pritzker ao arquiteto Alejandro Aravena**. 2016. Disponível em <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/01/puxadinhos-rendem-o-pritzker-ao-arquiteto-alejandro-aravena.html>>. acesso em 01 de abril de 2016.

NOVAES, Camila. **Resumo da obra construindo com o povo: arquitetura para os pobres**. Disponível em <<http://www.arqpop.arq.ufba.br/construindo-com-o-povo-arquitetura-para-os-pobres>>. Acesso em 05 de junho de 2016.

NYGAARD, Paul Dieter. **Espaço da cidade: Segurança urbana e participação popular**. Porto Alegre, 2010.

PRAXIS, **El valor de las personas**. Disponível em <<http://praxislgconsultores.com/en/metaplan/>>. Acesso em 17 de maio de 2016.

PRONSATO, Sylvia A. D. **Arquitetura e Paisagem: Projeto participativo e criação coletiva**. São Paulo, 2005.

Revista da Associação Brasileira para Promoção da Participação – **PARTICIPE**. Ano 2, nº 2, janeiro de 2002. Disponível em <<https://coproducaodobempublico.wikispaces.com/file/view/Arnstein+S.+Uma+escada+da+participa%C3%A7%C3%A3o+cidad%C3%A3.pdf>>. Acesso em 22 de março de 2016.

RIBEIRO, Diego. “**Assistência gratuita para construções é ignorada**”. 2012. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/assistencia-gratuita-para-construcoes-e-ignorada-2lhayvg9tj628zsre0t7jyp8u>>. Acesso em 26 de maio de 2016.

SANOFF, Henry. **Multiple Views of Participatoy Design**. 2006. Disponível em <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.556.2523&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em 04 de junho de 2016.

SILVA, Eduardo S. E. “**Pritzker, Aravena e as nossas cidades**”. 2016. Disponível em <<https://meiaum.wordpress.com/2016/01/26/pritzker-aravena-e-as-nossas-cidades/>>. Acesso em 6 de abril de 2016.

SMITHSONIAN. Cooper-Hewitt, National Design Museum. **Incremental Housing**. Disponível em <<http://www.designother90.org/solution/incremental-housing/>>. Acesso em 4 de junho de 2016.

TAGLIARI, Ana; GALLO, Haroldo. **O movimento inglês arts and crafts e a arquitetura norte-americana**. Disponível em <<http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2007/TAGLIARI,%20Ana%20e%20GALLO,%20Haroldo.pdf>>. Acesso em 05 de junho de 2016.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 7ª edição. Editora São Paulo: Cortez, 1996.

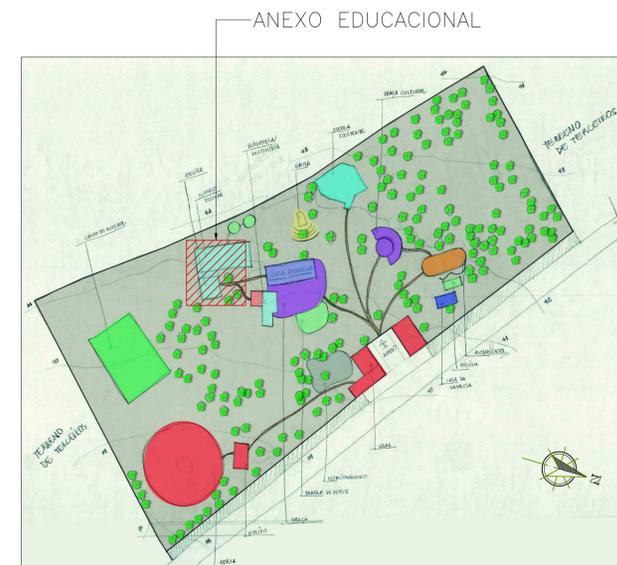
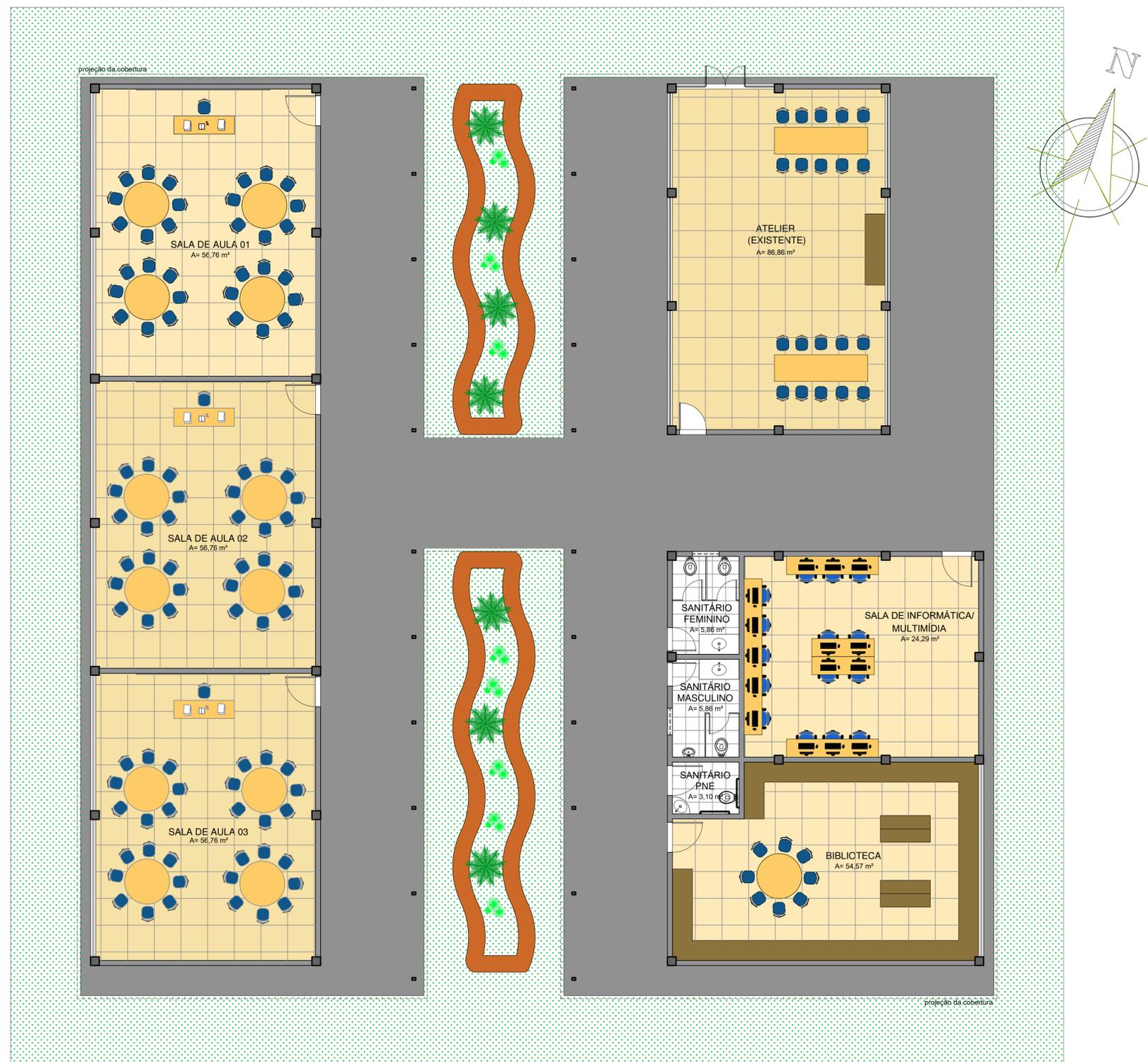
TORY-HENDERSON, Nina. **Quinta Monroy**. Disponível em <<http://www.arcspace.com/features/elemental/quinta-monroy/>>. Acesso em 4 de junho de 2016.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2005.

VENANCIO, Luisa C. **Da participação à autonomia**: o papel social da arquitetura. Brasília, 2011.

WHITAKER, João S. F. **Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil** - Qual o papel da profissão?. *Arquitextos*, Ano 12, 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>. Acesso em 07 de março de 2016.

ANEXOS



PLANTA CHAVE

Sem escala



PROPOSTA ANEXO EDUCACIONAL

Escala 1/75



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - ARQUITETURA E URBANISMO

TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO:
A INSERÇÃO DA METODOLOGIA PARTICIPATIVA NA PRÁTICA DO ARQUITETO E URBANISTA NA CONTEMPORANEIDADE

AUTORA: Juliana de Kássia Siqueira Pinheiro ORIENTADORA: Jussara Martins Nogueira

TÍTULO: Projeto da Associação Nossa Senhora de Loreto DATA: Julho/2016 N.º DA FOLHA:

DESENHO: Layout Anexo Educacional - Proposta ESCALA: 1/75

02/02